

BEATRIZ CANDIDA BARBOSA

**FLUXOS E NÍVEIS DE CONHECIMENTO NA GESTÃO DOS
CONVÊNIOS DO DEPARTAMENTO DE OFTALMOLOGIA DA
UNIFESP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Oftalmologia e Ciências Visuais,
para obtenção do Título de Mestre Profissional.

São Paulo
2016

BEATRIZ CANDIDA BARBOSA

**FLUXOS E NÍVEIS DE CONHECIMENTO NA GESTÃO DOS
CONVÊNIOS DO DEPARTAMENTO DE OFTALMOLOGIA DA
UNIFESP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Oftalmologia e Ciências Visuais,
para obtenção do Título de Mestre Profissional.

Orientador: Prof. Dr. Marinho Jorge Scarpi

São Paulo
2016

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM OFTALMOLOGIA
E CIÊNCIAS VISUAIS**

Chefe do Departamento:

Prof. Dr. Paulo Schor

Coordenador do Programa de Pós-Graduação:

Prof. Dr. José Álvaro Pereira Gomes

Candida, Beatriz Barbosa

Fluxos e níveis de conhecimento na gestão dos convênios do departamento de oftalmologia de UNIFESP. / Beatriz Barbosa

Candida – São Paulo, 2016.

xvi, 101f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Paulo. Escola Paulista de Medicina. Programa de Pós-Graduação em Oftalmologia e Ciências Visuais.

Título em inglês: Flows and levels of knowledge in the management of the agreements of the ophthalmology department of UNIFESP.

1.Convênios. 2. Gestão da Informação. 3. Universidade Federal de São Paulo. 4. Departamento de Oftalmologia.

Resumo

Pesquisadores necessitam conhecer a forma de captação de recursos e prestação de contas de verbas públicas e privadas para gerenciarem eficientemente seus projetos. Este trabalho tem por objetivo verificar o conhecimento dos pesquisadores do Departamento de Oftalmologia e Ciências Visuais da Escola Paulista de Medicina-UNIFESP sobre a captação de recursos e prestação de contas nas instâncias públicas e privadas e Capacitação e treinamento para utilização desses (ao próprio indivíduo, a instituição ou departamento de origem).

A população incluída foi constituída por 16 voluntários distribuídos entre coordenadores de projetos, responsáveis por prestação de contas de convênios e ordenadores de despesas do departamento selecionado. Esta seleção se deveu por conveniência da pesquisadora. A metodologia utilizada foi aplicação de questionário, elaborado para este estudo para avaliar a opinião dos pesquisadores quanto ao seu conhecimento sobre as determinações previstas em legislações dos órgãos Estaduais, Municipais, Federais e outros órgãos de fomentos que devam seguir uma lei específica por meio de convênios pactuados com o Departamento/Universidade. Os questionários foram encaminhados para 23 orientadores de um programa de pós-graduação do departamento selecionado e retornaram 16. Os resultados obtidos por meio dos 16 questionários, foram tabulados quanto a: experiência em captação de recursos, conhecimento das regras de utilização de recursos, e quanto a quem cabe a capacitação e treinamento para utilização desses (ao próprio indivíduo, a instituição ou departamento de origem). Na amostra foram identificados 68,75% de voluntários estatutários, e os demais distribuídos entre celetista (12,5%) e outros (01 professores afiliado e 02 sem resposta). A experiência de tempo de trabalho da maioria dos voluntários foi de 10 anos ou superior, sendo 87,5% no departamento e 75% na UNIFESP. Quanto à captação de recursos todos apresentavam experiência em pelo menos um tipo de instituição dentre as públicas (Federal- CAPES, FNS, CNPQ, Ministério da Saúde e Estadual - FAPESP), privadas (Abbot, Summit, Rotary Clube, Indústria Farmacêutica, Empresa Americana, Bayer). No que diz respeito ao conhecimento de regras de utilização de recursos da elaboração de projetos foram encontradas 10 respostas plenamente (62,5%), 05 respostas razoavelmente (31,25%)

e apenas uma resposta desconhece. Em relação à capacitação e treinamento sobre os convênios houve um consenso de que deveria existir, sendo de responsabilidade dos órgãos de fomento e/ou universidade. Vale ressaltar que há um desconhecimento dos respondentes sobre os serviços prestados pela UNIFESP no departamento de convênio da (43,75%); bem como pelo departamento de análise de prestação de contas/contratos e convênios (43,75%); e departamento de gestão orçamentária (68,75%). Em relação à prestação de contas, a maioria respondeu que conhece plenamente ou razoavelmente. No entanto, houve uma elevada ocorrência de desconhecimento sobre a competência e atribuições dos órgãos externos de controle como a Controladoria Geral da União e Tribunal de Contas da União que fazem a fiscalização externa da boa aplicação dos recursos públicos. Houve elevado desconhecimento sobre a existência de alguns departamentos internos da UNIFESP (departamento orçamentário, departamento de análise de prestação de contas, departamento de convênios e Comissão Processante Permanente). Concluindo os pesquisadores conhecem os processos para a gestão de convênios, porém desconhecem a existência de departamentos internos da UNIFESP (departamento orçamentário, departamento de análise de prestação de contas e departamento de convênios) que poderiam auxiliar nas dúvidas sobre a elaboração de projetos e prestação de contas. Diante dos resultados obtidos, o produto final deste estudo será a elaboração de uma cartilha contendo as informações básicas necessárias para auxiliar o pesquisador na gestão do seu convênio.

DEDICATÓRIA

Em primeiro lugar agradeço a Deus, pois, “por ele e para ele” são todas as coisas

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Marinho Jorge Scarpi, meu ex Pró-Reitor de Administração e meu orientador por ter aberto as portas para os técnicos administrativos no programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional do Departamento de Oftalmologia e Ciências Visuais da EPM da Universidade Federal de São Paulo-UNIFESP, na pessoa do Prof. Dr. Paulo Schor por ter nos recebido no programa de Pós-Graduação e confiado nos nossos projetos, muito obrigada!

Ao Colega, doutorando Frederico Molina Cohrs, obrigada por ter me ouvido naquela manhã no Finesse. Juntos, fizemos a alegria de alguns técnicos administrativos do Campus São Paulo. Eles não sabem, mas nós sabemos como foi essa conquista, obrigada de coração, que Deus te abençoe muito.

À Profa. Liliane Desgualdo Pereira, se todos fossem iguais a você que alegria viver.

Ao colega Marcello Di Pietro, agradeço imensamente por ter separado horas do seu tempo para desenvolver a planilha utilizada no meu trabalho de pesquisa. Você foi muito atencioso, aliás, você é sempre muito atencioso e prestativo.

À Andreia do Carmo, confesso todo meu desconhecimento com a diagramação. Obrigada pela dedicação, você é muito caprichosa, o trabalho tomou um novo formato, ficou lindo.

A Cristina Seidel, obrigada por estar por perto sempre que preciso de apoio, muito bom ter amigos.

Gente não posso deixar de mencionar meus colegas do mestrado, obrigada, foi muito bom compartilhar momentos agradáveis com vocês.

E finalizando, não poderia deixar de mencionar o trabalho lindo do Produtor Cultural Sthar Mar de Vasconcelos servidor da UNIFESP, os seus personagens vão viajar bastante acredite. Muito obrigada e parabéns.

Lista de tabelas

Tabela 1 - Identificação dos pesquisadores em relação ao seu envolvimento	48
Tabela 2 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento das regras de uso de recursos estaduais/legislação (questão 4a)	49
Tabela 3 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento das regras de uso de recursos estaduais/elaboração de projetos (questão 4b)	50
Tabela 4 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento das regras de uso de recursos estaduais/prestação de contas (questão 4c)	51
Tabela 5 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento das regras de uso de recursos FAP UNIFESP /legislação (questão 6a)	52
Tabela 6 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento das regras de uso de recursos FAP UNIFESP /elaboração de projeto (questão 6b)	53
Tabela 7 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento das regras de uso de recursos FAP UNIFESP /prestação de contas (questão 6c)	54
Tabela 8 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento sobre atribuições e serviços prestados pelo departamento de convênio da UNIFESP (questão 7a)	55
Tabela 9 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento sobre atribuições e serviços prestados pelo departamento de análise de prestação de contas/contratos e convênios (questão 7b)	56
Tabela 10 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento sobre atribuições e serviços prestados pelo departamento gestão orçamentária (questão 7c)	57
Tabela 11 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento sobre atribuições e serviços prestados pela Comissão Processante Permanente (questão 7d)	58

Tabela 12 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento sobre atribuições e serviços prestados pelo Controladoria Geral da União (questão 7e)	59
Tabela 13 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento sobre atribuições e serviços prestados pelo Tribunal de Contas da União (questão 7f)	60
Tabela 14 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento sobre atribuições e serviços prestados pela Orientação Institucional quanto a fiscalização de contratos (questão 7g)	61
Tabela 15 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento atribuição de ordenadores de despesa (questão 7h)	62
Tabela 16 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento de consulta a Comissão Permanente de Pessoal Docente para prestação de atividade mesmo que não remuneradas (questão 7i)	63
Tabela 17 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento Necessidade de estabelecimento de convênio formal para as atividades entre um órgão privado e um Departamento Acadêmico (questão 7j)	64
Tabela 18 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento Critérios de Aquisição com recursos públicos (questão 7k)	65
Tabela 19 - Identificação do numero de respostas em relação a opinião dos pesquisadores sobre a capacitação e treinamento para utilização e prestação de contas dos recursos dos órgãos de fomento cabe: (questão 8)	66

Gráficos

Gráfico 1 - Identificação dos pesquisadores em relação ao seu envolvimento	48
Gráfico 2 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento das regras de uso de recursos estaduais/legislação (questão 4a)	49
Gráfico 3 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento das regras de uso de recursos estaduais/elaboração de projetos (questão 4b)	50
Gráfico 4 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento das regras de uso de recursos estaduais/prestação de contas (questão 4c)	51
Gráfico 5 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento das regras de uso de recursos FAP UNIFESP /legislação (questão 6a)	52
Gráfico 6 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento das regras de uso de recursos FAP UNIFESP /elaboração de projeto (questão 6b)	53
Gráfico 7 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento das regras de uso de recursos FAP UNIFESP /prestação de contas (questão 6c)	54
Gráfico 8 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento sobre atribuições e serviços prestados pelo departamento de convênio da UNIFESP (questão 7a)	55
Gráfico 9 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento sobre atribuições e serviços prestados pelo departamento de análise de prestação de contas/contratos e convênios (questão 7b)	56
Gráfico 10 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento sobre atribuições e serviços prestados pelo departamento gestão orçamentária (questão 7c)	57
Gráfico 11 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento sobre atribuições e serviços prestados pela Comissão Processante Permanente (questão 7d)	58

Gráfico 12 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento sobre atribuições e serviços prestados pelo Controladoria Geral da União (questão 7e)	59
Gráfico 13 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento sobre atribuições e serviços prestados pelo Tribunal de Contas da União (questão 7f)	60
Gráfico 14 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento sobre atribuições e serviços prestados pela Orientação Institucional quanto a fiscalização de contratos (questão 7g)	61
Gráfico 15 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento atribuição de ordenadores de despesa (questão 7h)	62
Gráfico 16 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento de consulta a Comissão Permanente de Pessoal Docente para prestação de atividade mesmo que não remuneradas (questão 7i)	63
Gráfico 17 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento Necessidade de estabelecimento de convênio formal para as atividades entre um órgão privado e um Departamento Acadêmico (questão 7j)	64
Gráfico 18 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento Critérios de Aquisição com recursos públicos (questão 7k)	65
Gráfico 19 - Identificação do número de respostas em relação a opinião dos pesquisadores sobre a capacitação e treinamento para utilização e prestação de contas dos recursos dos órgãos de fomento cabe: (questão 8).	66

Lista de Siglas

CAPES	Coordenadoria de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CGU	Controladoria Geral da União
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPP	Comissão Processante Permanente
FAPESP	Fundação de Amparo Pesquisa do estado de São Paulo
FAPUNIFESP	Fundação de Apoio a Unifesp.
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
MROSC	Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONGS	Organização Não Governamental sem fins lucrativos
OSCIPs	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
SINCOV	Sistema de Convênios
SPDM	Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina
TCE	Tomada de Conta Especial
TCU	Tribunal de Contas da União

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	20
2. OBJETIVOS	23
2.1 Objetivo Geral	24
2.2 Objetivos Específicos	24
3. REFERENCIAL TEÓRICO	25
3.1 Definição de Convênios.....	26
3.2 Convênios com Instituições Públicas.....	26
3.2.1 CAPES	26
3.2.2 FINEP	27
3.2.3 FAPESP	27
3.2.4 CNPQ	28
3.2.5 Convênios com o Município	28
3.3 Convênios com Instituições Privadas	29
3.3.1 FAPUNIFESP.....	29
3.3.2 SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina	29
3.3.3 Instituto da Visão.....	29
3.3.4 Terceiro Setor - ONGS.....	30
3.4 Instituições Internacionais	30
3.5 Convênio - Manual do Tribunal de Contas da União	30
3.5.1 SINCOV – Portal de Convênio do Governo Federal	31
3.5.2 Elaboração do Plano de Trabalho	33
3.5.3 Projeto Básico e Termo de Referência	33
3.5.4 Publicidade da Celebração.....	35
3.5.5 Execução do Convênio.....	36
3.5.6 Prestação de Contas do Convênio	36
3.5.7 A prestação de Contas à Sociedade	38
3.5.8 Tomada de Conta Especial - TCE	38
3.5.9 A Fiscalização do Tribunal de Contas sobre os Convênios	39
3.6 O futuro das parcerias com o Terceiro Setor	40
4. MÉTODO.....	42
4.1 Método de abordagem	43
4.2 Comitê de Ética em Pesquisa.....	43
4.3 Instrumento de coleta de dados	43

4.4 Da Análise dos Dados	46
5. RESULTADOS	47
<hr/>	
.....	47
6. DISCUSSAO	67
7. CONCLUSAO.....	71
8. REFERÊNCIAS	73
9. ANEXOS	76

1. INTRODUÇÃO

Conforme artigo 70 da Constituição Federal de 1988, a fiscalização acerca da regularidade dos atos praticados pela União e pelos órgãos da Administração direta e indireta será exercida pelo Congresso Nacional (com auxílio do Tribunal de Contas da União), mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder. Este modelo deverá ser seguido pelas demais órbitas da Federação. O controle interno faz-se através da fiscalização exercida pela própria estrutura organizacional que pratica os atos objetos da fiscalização. ¹O parágrafo único desta lei diz que prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária. A natureza do controle interno é tipicamente administrativa e se reporta não apenas ao princípio da legalidade, mas também ao da hierarquia. Detectada a prática de irregularidade, a autoridade superior tem o dever de eliminar o vício, sob pena de ser por ele responsabilizável solidariamente com o responsável direto.

Se a autoridade superior tiver conhecimento do vício e não dispuser de competência para pronunciá-lo em nome próprio, determinará que a autoridade inferior o faça. Se houver recusa, a solução será destituir a autoridade inferior e substituí-la por outrem, que cumpra a lei e obedeça ao princípio da hierarquia.

Por este motivo, é necessário manter o elevado rigor no dispêndio das verbas públicas adquiridas por fomento da Ciência e Tecnologia distribuídas aos pesquisadores, sejam eles do Departamento de Oftalmologia e Ciências Visuais da Unifesp, ou de outra Instituição Federal. A Controlaria Geral da União e o Tribunal de Contas da União, tem competência para fiscalizar a aplicação de recursos repassados pela União, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estados, ao Distrito Federal ou a Municípios.

Importante ressaltar que todas as fases dos convênios podem ser objeto de fiscalização pelo TCU desde a celebração, formalização, execução e prestação de contas. A análise envolve o atendimento às exigências legais; execução financeira; execução física (obras, serviços e aquisição de bens); fidelidade e veracidade de documentos e procedimentos; os processos licitatórios; e a existência das empresas contratadas, além da avaliação da efetividade do convênio. Identificados indícios de irregularidade nos trabalhos de fiscalização por seu corpo técnico, o TCU determina a

¹ Redação dada pela Emenda Constitucional, nº 19, de 1988.

instauração de tomada de contas especial para apuração da responsabilidade e/ou quantificação do dano ao erário. A função fiscalizadora do TCU é deflagrada mediante solicitação do Congresso Nacional e de suas Casas e por iniciativa própria, selecionando previamente os convênios com base em bancos de dados informatizados. Pode também ocorrer em razão de denúncias de terceiros, notícias de jornal, matérias veiculadas na televisão e representações apresentadas por autoridades, pelo controle interno federal ou pelos próprios servidores do Tribunal.

A fiscalização de transferências voluntárias da União compete também ao Poder Executivo, por intermédio da Secretaria Federal de Controle Interno, órgão da Controladoria Geral da União. Ao constatar qualquer irregularidade, cumpre à Secretaria Federal de Controle Interno comunicar o fato ao órgão repassador dos recursos, para fins de instauração de tomada de contas especial a ser julgada pelo TCU. Por fim, há também a participação da Sociedade na fiscalização permanente da aplicação dos recursos públicos.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Verificar o conhecimento dos pesquisadores do Departamento de Oftalmologia e Ciências Visuais da Escola Paulista de Medicina - Universidade Federal de São Paulo (EPM-Unifesp) sobre a captação de recursos e prestação de contas nas instâncias públicas e privadas e Capacitação e treinamento para utilização desses (ao próprio indivíduo, a instituição ou departamento de origem).

2.2 Objetivos Específicos

Aferir a opinião dos pesquisadores do Departamento de Oftalmologia sobre:

- As experiências em captação de recursos;
- Conhecimento das regras de utilização de recursos;
- Capacitação e treinamento para utilização desses (ao próprio indivíduo, a instituição ou departamento de origem);
- Elaboração de um Guia na forma de Cartilha Orientativa.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Definição de Convênios

Os Recursos Institucionais disponibilizados pelo Ministério de Orçamento e Gestão, não são suficientes para atender a grande demanda, daí surge à necessidade da elaboração de convênios com os órgãos de fomentos que acabam financiando os projetos dos pesquisadores.

De acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU ano, 2013), a definição de convênios é a seguinte:

“É o acordo, ajuste ou qualquer outro instrumento que discipline a transferência de recursos financeiros dos Orçamentos da União visando a execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação, e tenha como partícipes, de um lado, órgão da administração pública federal direta, autarquias, fundações públicas, empresas públicas ou sociedades de economia mista, e, de outro, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos”.

3.2 Convênios com Instituições Públicas

3.2.1 CAPES

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES^b, é uma fundação do Ministério da Educação (MEC). Ela desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação.

A partir da Lei no 11.502/2007, homologada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a CAPES passou a coordenar, induzir e fomentar a formação inicial e continuada de professores para a educação básica. Tal atribuição é consolidada pelo Decreto nº.

^b <http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>

6755, de 29 de janeiro de 2009, que instituiu a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica.

3.2.2 FINEP

A Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)^c é uma empresa pública, está vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), tem sede e foro no Distrito Federal, podendo estabelecer representações no País. (Estatuto da FINEP artigo 2º). A FINEP tem por finalidade apoiar estudos, projetos e programas de interesse para o desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico do País, por meio de fomento público à Ciência, Tecnologia e Inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas, de acordo com as metas e prioridades setoriais estabelecidas nos planos do Governo Federal (Estatuto da FINEP artigo 3º).

O artigo 4º do Estatuto inciso V- diz que a FINEP para alcançar seus objetivos poderá celebrar convênios e contratos com entidades nacionais ou estrangeiras, públicas ou privadas e internacionais.

3.2.3 FAPESP

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP^d é uma das principais agências de fomento à pesquisa científica e tecnológica do país. Com autonomia garantida por lei, a FAPESP está vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação. Com um orçamento anual correspondente a 1% do total da receita tributária do Estado, a FAPESP apóia a pesquisa e financia a investigação, o intercâmbio e a divulgação da ciência e da tecnologia produzida em São Paulo. A FAPESP apóia a pesquisa científica e tecnológica por meio de Bolsas e Auxílios a Pesquisa que contemplam todas as áreas do conhecimento: Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra,

^c <http://www.finep.gov.br/>

^d <http://www.fapesp.br/sobre/>

Engenharias, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciência Humanas, Lingüística, Letras e Artes.

As Bolsas se destinam aos estudantes de graduação e pós-graduação; e os Auxílios, a pesquisadores com titulação (mínima de doutor) vinculados a instituições de ensino superior e de pesquisa paulistas.

3.2.4 CNPQ

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)^e, agência do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), tem como principais atribuições fomentar a pesquisa científica e tecnológica e incentivar a formação de pesquisadores brasileiros. Foi criado em 1951, desempenha papel primordial na formulação e condução das políticas de ciência, tecnologia e inovação.

Sua atuação contribui para o desenvolvimento nacional e o reconhecimento das instituições de pesquisa e pesquisadores brasileiros pela comunidade científica internacional.

Sua Missão é fomentar a Ciência, Tecnologia e Inovação e atuar na formulação de suas políticas, contribuindo para o avanço das fronteiras do conhecimento, o desenvolvimento sustentável e a soberania nacional. Tem como visão ser uma instituição de reconhecida excelência na promoção da Ciência, da Tecnologia e da Inovação como elementos centrais do pleno desenvolvimento da nação brasileira.

3.2.5 Convênios com o Município

A Prefeitura do Estado de São Paulo, o Departamento de Oftalmologia e Ciências Visuais^f por meio de termo de cooperação firmado entre a Universidade Federal de São Paulo- UNIFESP- EPM Escola Paulista de Medicina e a Prefeitura, executam programas, projetos e atividades de interesse recíproco, em regime de mútua colaboração.

^e http://cnpq.br/apresentacao_institucional/

^f Instrumento em que há intuito dos pactuantes de recíproca cooperação a ser alcançado com determinado fim de interesse comum. Definições da Web de 28\05\2016

3.3 Convênios com Instituições Privadas

3.3.1 FAPUNIFESP

A Fundação de Apoio à Universidade Federal de São Paulo - FapUnifesp⁹ é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos. Tem como Missão prover infraestrutura, logística e suporte burocrático e administrativo relativos ao desenvolvimento de projetos acadêmicos em ensino, pesquisa e extensão da Unifesp, além de prestar serviço à sociedade nessas respectivas áreas, em âmbito público ou particular. O objetivo principal da FapUnifesp é apoiar a Universidade Federal de São Paulo em ações, projetos e iniciativas de ensino, pesquisa, extensão, inovação e transferência de conhecimento, assim como no seu desenvolvimento institucional e relacionamento com o ambiente externo.

3.3.2 SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina

A Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina – SPDM é uma das maiores entidades filantrópicas de saúde do Brasil, atuante em 07 estados, com aproximadamente 40 mil funcionários e com a vocação de contribuir para a melhoria dos serviços médicos prestados à população. A SPDM gerencia unidades hospitalares e ambulatoriais construídas e equipadas pelo Estado e por alguns municípios, tendo como objetivo levar o que há de mais avançado em conhecimento médico. Fundada em 1933, é dirigida por um Conselho Administrativo eleito pela Assembleia Geral dos Associados, de acordo com o seu Estatuto Social, é uma Instituição privada.

3.3.3 Instituto da Visão

O Instituto Paulista de Estudos e Pesquisas em Oftalmologia – IPEPO ou Instituto da Visão da Paulista é uma entidade sem fins lucrativos, de caráter filantrópico. Não é uma Instituição pública e sim privada, fundada por docentes do Departamento de Oftalmologia da Unifesp.

⁹ <http://www.fapunifesp.edu.br/>

3.3.4 Terceiro Setor - ONGS

Apesar de o sentido ser o mesmo para os termos Terceiro Setor ou ONGs, a última denominação tem sido mais vinculada às organizações que tenham suas finalidades direcionadas a questões que atingem mais genericamente à coletividade (meio ambiente, doenças infectocontagiosas, entre outros.). São pessoas jurídicas de direito privado.

3.4 Instituições Internacionais

Existem várias Instituições internacionais. Na área da saúde destacamos a Organização Mundial de Saúde- OMS, que é uma agência especializada em saúde, fundada em 07 de abril de 1948 e subordinada à ONU. Sua sede é em Genebra, na Suíça. Tem como objetivo principal o alcance do maior grau possível de saúde por todos os povos. Para tanto, elabora estudos sobre combate de epidemias, além de normas internacionais para produtos alimentícios e farmacêuticos. Também coordena questões sanitárias internacionais e tenta conseguir avanços nas áreas de nutrição, higiene, habitação, saneamento básico, entre outros.

Existem também as cooperações internacionais promovidas pelos diferentes órgãos de fomento à pesquisa (CAPES, CNPq, FAPESP) através de editais específicos, seja para fomento à pesquisa, seja para intercâmbio e aprimoramento científico e intelectual de alunos de pós-graduação, pesquisadores e docentes. Essas cooperações abrangem todas as áreas de conhecimento.

3.5 Convênio - Manual do Tribunal de Contas da União

O Manual do Tribunal de Contas da União, explica que um convênio envolve quatro fases, a proposição, celebração/formalização, execução e prestação de Contas. É de suma importância que durante cada fase, observar a legislação, ou seja, ficar atento à

legislação sobre o assunto, a fim de evitar que o convênio ou a sua prestação de contas sejam rejeitados.

O Manual do Tribunal de Contas da União, esclarece que os convênios celebrados até 14 de abril de 2008, sujeitam-se às disposições da IN/STN 01, de 1997, e suas alterações. A partir dessa data, as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios, contratos de repasse e termos de cooperação são as dispostas no Decreto 6.170/2007 (com dispositivos alterados ou acrescidos pelos Decretos 6.428/2008, 6.619/2008, 6.497/2008, 7.568/2011, 7.594/2011 e 7.641/2011) e na Portaria Interministerial 127, de 29 de maio de 2008 e suas alterações, dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda e do Controle e da Transparência.

Vale ressaltar que, a IN/STN 01/97 não mais se aplica aos instrumentos celebrados sob a vigência da nova Portaria Interministerial 127, conforme expressamente dispôs a Portaria Interministerial 342, de 05 de novembro de 2008. O Decreto 6.170/2007 também instituiu o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv) e o Portal de Convênios do Governo Federal (www.convenios.gov.br). Toda a regulamentação disponível a respeito do assunto encontra-se disponível no Portal www.convênios.gov.br. Em 28 de novembro de 2011 foi publicada a Portaria Interministerial 507/2011, dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda e do Chefe da Controladoria Geral da União- CGU, com exceção dos arts. 77 a 79 que entraram em vigor na data de sua publicação, segundo o disposto no art. 97. Esse normativo revogou expressamente a Portaria Interministerial 127/2008, passando a regular as transferências voluntárias que são as transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasses. Contrato de repasses é instrumento administrativo usado na transferência dos recursos financeiros por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal, que atua como mandatário da União.

3.5.1 SINCOV – Portal de Convênio do Governo Federal

De acordo com o que menciona o Manual do Tribunal de Contas da União, o Sistema de Convênios (Siconv) é o sistema informatizado do Governo Federal. É neste sistema que são registrados todos os atos relativos as transferências de recursos por meio de convênios, contratos de repasse e termos de parceria, desde a sua proposição e

análise, passando pela celebração, liberação de recursos e acompanhamento da execução deste convênio, até a prestação de contas. Essas informações registradas no Siconv são abertas à consulta pública na Internet, no Portal de Convênios do Governo Federal (www.convenios.gov.br).

Esse portal garante a União, a transparência aos atos de gestão, pois possibilita o acompanhamento pela sociedade de todo o processo, desde a apresentação da proposta pelo interessado até a análise, celebração e liberação de recursos bem como a prestação de contas on-line da execução física e financeira, pelo conveniente. O Portal de Convênios do Governo Federal foi disponibilizado, a partir de 1º de setembro de 2008, e a sua utilização é obrigatória valendo para todos os usuários do novo sistema: órgãos federais com programas passíveis de convênios, contratos de repasse e termos de parceria, bem como órgãos estaduais e municipais e ONGs que firmarem esses convênios e contratos com a União.

Para facilitar a operacionalização do Portal de Convênios do Governo Federal, a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), do Ministério do Planejamento, disponibilizou no endereço www.convenios.gov.br manual voltado a todos os usuários do sistema. Além do Portal de Convênios, que pode ser consultado no endereço www.convenios.gov.br, estão listados a seguir alguns endereços eletrônicos da internet relacionados por ministério que dão acesso, direto a diversos programas, entidades e fundos do governo federal, relacionados por ministério. Ao acessar a página na internet, o interessado obterá informações sobre o objetivo desses e de outros programas, as exigências, as condições de participação, a legislação aplicável, os formulários para inscrição e outros dados.

Ministério da Educação www.fnde.gov.br, Ministério da Saúde www.saude.gov.br, Fundação Nacional da Saúde www.funasa.gov.br, Ministério da Cultura www.cultura.gov.br, Ministério do Esporte, www.esporte.gov.br, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome www.mds.gov.br.

A Caixa Econômica Federal (CAIXA) é o agente financeiro de vários programas dos ministérios. Compete à Instituição celebrar contratos de repasse e fiscalizar a execução dos projetos. As obras oriundas de contrato de repasse constam de banco de dados denominado Obrasnet, acessível por meio do sítio www.obrasnet.gov.br ou www.caixa.gov.br. Ali podem ser obtidas informações sobre a execução físico-financeira e fotos dos empreendimentos.

Os programas que contam atualmente com a participação da CAIXA podem ser consultados, também, no seguinte endereço eletrônico www.caixa.gov.br, opção governo. (<http://portal.convenios.gov.br/images/docs/CGCAT/orientacoes/2675299.pdf>)

3.5.2 Elaboração do Plano de Trabalho

Para celebração de um convênio, contrato de repasse ou termo de parceria, o interessado deverá apresentar proposta de trabalho no Siconv, em conformidade com o programa e com as diretrizes disponíveis no sistema.

Uma vez aceita, a proposta passa a denominar-se **Plano de Trabalho**, que é o documento por meio do qual o gestor define como o objeto do convênio, do contrato de repasse ou do termo de parceria que será realizado. O Plano de Trabalho será analisado quanto à sua viabilidade e à adequação aos objetivos do programa governamental e, no caso das entidades privadas sem fins lucrativos, será avaliada sua qualificação técnica e capacidade operacional para gestão do instrumento, de acordo com critérios estabelecidos pelo órgão ou entidade repassador dos recursos. Convênios e Outros Repasses.

A entidade privada sem fins lucrativos deverá executar diretamente a integralidade do objeto. A contratação de serviços de terceiros somente é admitida quando houver previsão no plano ou programa de trabalho ou em razão de fato superveniente e imprevisível, devidamente justificado, aprovado pelo órgão ou entidade concedente. Eventuais imprecisões ou irregularidades poderão ser resolvidas, devendo o proponente manifestar-se no prazo estipulado, pois a ausência de manifestação será entendida como desistência quanto ao prosseguimento do processo.

3.5.3 Projeto Básico e Termo de Referência

Projeto básico^h é o documento por meio do qual o proponente deve caracterizar precisamente a obra, a instalação ou o serviço objeto do convênio, inclusive quanto sua

^h Projeto básico é o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço.

viabilidade técnica, custo, fases ou etapas e prazos de execução. Deve ser elaborado com base em estudos técnicos preliminares e assegurar o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento.

Quando o objeto do convênio, do contrato de repasse ou do termo de parceria envolver aquisição de bens ou prestação de serviços, o projeto básico recebe o nome de Termo de Referênciaⁱ, o que não altera a necessidade de o documento contemplar a descrição do bem ou serviço, o orçamento detalhado, a definição dos métodos e o prazo de execução do objeto. Tais instrumentos não se destinam a disciplinar a execução da obra ou do serviço (esse é o papel do projeto executivo), mas a demonstrar a viabilidade e a conveniência de sua execução.

Deve ser apresentado antes da celebração do instrumento, sendo facultado à concedente exigi-lo depois, desde que antes da liberação da primeira parcela dos recursos. É importante destacar que a autoridade competente do órgão ou entidade concedente pode dispensar, em despacho fundamentado, a apresentação de projeto básico nos casos de padronização de objetos.

A padronização de objetos é o estabelecimento de critérios a serem seguidos nos convênios ou contratos de repasse com o mesmo objeto, definidos pelas concedente ou contratante, especialmente quanto às características do objeto e ao seu custo. O projeto básico ou do termo de referência deverá ser apresentado no prazo máximo de dezoito meses, incluída eventual prorrogação.

Caso não seja entregue no prazo estabelecido ou receba parecer contrário à sua aprovação, o convênio, o contrato de repasse ou o termo de parceria deverá ser extinto. Para calcular o custo do objeto proposto, o interessado deverá realizar prévias pesquisas de preços no mercado fornecedor dos produtos ou dos serviços pleiteados. Também poderá se valer de informações contidas em bancos de dados informatizados, pesquisas na internet, publicações especializadas e outras fontes.

Preferencialmente, a pesquisa de preços deverá envolver o mercado mais próximo ao Estado ou ao município conveniente, espelhando os valores vigentes nas respectivas

ⁱ Termo de Referência - é o documento que deverá conter elementos capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva. Art. 9º, § 2º, Decreto n.º 5.450/05 de 31,05 de 2005.

localidades. No entanto, nada impede a realização de pesquisa de preços com produtores ou fornecedores situados em outros locais.

O gestor deve atentar para a fidedignidade e exatidão das informações contidas no plano de trabalho. Qualquer falha, inexatidão no projeto ou falsidade de informações implicará a não celebração do convênio, motivo pelo qual exigências como previsão de contrapartida, correta contextualização da situação de necessidade, preenchimento adequado dos formulários específicos, apresentação de plano de trabalho consistente e completo devem ser observadas com bastante atenção. A exatidão das informações do plano de trabalho tem repercussão, também, na execução do convênio e na respectiva prestação de contas. A fiscalização dos órgãos federais de controle baseia-se nas informações do plano de trabalho para fixar critérios de avaliação do alcance das metas propostas. Subestimar ou superestimar as metas, os custos ou o cronograma de execução do objeto do convênio poderá trazer sérias consequências para o gestor do convênio no âmbito institucional e judicial como:

- Devolução dos valores, com atualização monetária e juros de mora;
- Aplicação de multa que pode alcançar 100% do valor atualizado do dano causado ao erário;
- Inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), o que implica impossibilidade de realizar transações bancárias;
- Envio ao Ministério Público Eleitoral do nome do responsável para fins de inelegibilidade;
- Inabilitação, por um período de cinco a oito anos, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na administração pública federal;
- Envio dos elementos pertinentes e do julgamento ao Ministério Público Federal para fins de instauração do processo penal.

3.5.4 Publicidade da Celebração

Além da publicação dos extratos dos convênios no D.O.U, será dada publicidade de todos os atos relativos à sua operacionalização no Portal de Convênios do Governo Federal, ademais o conveniente ou contratado deve dar ciência da celebração ao conselho local ou instância de controle social da área vinculada ao programa de

governo que originou a transferência, e a concedente ou contratante deve notificar a celebração do instrumento e a liberação dos recursos à Assembleia Legislativa, à Câmara Legislativa ou à Câmara Municipal, conforme o caso.

Os convenientes ou contratados deverão disponibilizar, ainda, por meio da internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato do convênio ou outro instrumento utilizado, contendo, pelo menos, objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e detalhamento da aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado.

3.5.5 Execução do Convênio

O êxito nesta fase do convênio depende essencialmente de dois fatores: seguir à risca o planejamento do convênio estabelecido no plano de trabalho aprovado e as normas de administração orçamentária e financeira da administração pública federal.

Falhas e irregularidades cometidas nessa fase podem comprometer, irremediavelmente, as contas que serão apresentadas ao órgão repassador dos recursos. Na fase de execução é que normalmente ocorrem as ações de fiscalização dos órgãos federais de controle, embora estas também sejam realizadas após o término da vigência do convênio. As conclusões das fiscalizações servem de respaldo à avaliação das contas.

Se o gestor cumpriu as duas primeiras fases de maneira criteriosa, adotando parâmetros corretos, muito provavelmente conseguirá executar a contento o objeto conveniado. No entanto, é importante atentar para algumas situações que, se não forem bem cuidadas, podem provocar problemas.

3.5.6 Prestação de Contas do Convênio

De nada adianta ter executado bem as fases anteriores do convênio, se a prestação de contas não for apresentada tempestiva e convenientemente. Todo órgão ou entidade que receber recursos públicos federais, estaduais e municipais por meio de convênios, contratos de repasse ou termos de parceria, estará sujeito a prestar contas da sua boa e regular aplicação no prazo máximo de sessenta dias contados do término da vigência

do instrumento firmado, ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior àquela do encerramento da vigência, ou conforme estipulado no instrumento de celebração.

A prestação de contas será composta, além dos dados apresentados pelo conveniente ou contratado no Siconv, dos seguintes documentos:

- Notas e comprovantes fiscais, quanto aos seguintes aspectos: data do documento, compatibilidade entre o emissor e os pagamentos registrados no SICONV, valor, aposição de dados do conveniente, programa e número do convênio;
- Relatório de prestação de contas aprovado e registrado no SICONV pelo conveniente;
- Relatório de cumprimento do objeto;
- Declaração de realização dos objetivos a que se propunha o convênio, o contrato de repasse ou o termo de parceria;
- Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, ou relação de treinados ou capacitados, ou dos serviços prestados, conforme o caso;
- Comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver; e
- Termo de compromisso por meio do qual o conveniente ou contratado se obriga a manter os documentos relacionados ao convênio, ao contrato de repasse ou ao termo de parceria pelo prazo de dez anos, contado da data em que foi aprovada a prestação de contas.

A prestação de contas de convênios, contratos de repasse e termos de parceria devem ser apresentados exclusivamente por meio do Siconv.

A apresentação apenas por meio físico poderá propiciar a abertura de Tomada de Contas Especial por omissão no dever de prestar contas, salvo fato devidamente justificado pelo conveniente e aceito pela concedente (Diretriz 11/2012 da Comissão Gestora do Siconv). Outras impropriedades detectadas podem resultar em rejeição das contas e instauração de Tomada de Contas Especial, a ser julgada pelo Tribunal de Contas da União. A concedente deverá comunicar ao Ministério Público competente quando detectados indícios de crime ou improbidade administrativa.

3.5.7 A prestação de Contas à Sociedade

As corretas e tempestivas inserções de informações no Portal de Convênios do Governo Federal contribuem para a transparência e para o controle social de seus atos de gestão na execução dos convênios e contratos de repasse pactuados, prestando deste modo contas à sociedade.

3.5.8 Tomada de Conta Especial - TCE

A TCE é um processo administrativo com rito próprio, formalizado com os objetivos de apurar a responsabilidade por danos causados aos cofres públicos e obter o respectivo ressarcimento. A TCE é medida de exceção e somente serão instauradas após se mostrarem infrutíferas as providências adotadas pela autoridade administrativa competente do órgão repassador com vistas à regularização de pendência que impediu a aprovação das contas do gestor. Em se tratando de convênio, contrato de repasse e termo de parceria, a TCE poderá ser instaurada em decorrência de:

- Omissão no dever de prestar contas.
- Rejeição parcial ou total das contas apresentadas pelo gestor ao órgão repassador dos recursos. Tal rejeição pode ser motivada pela constatação de superfaturamento, de sobre preço, de não execução do objeto, de ausência de nexos entre as despesas realizadas e o objeto pactuado, de desvio de objeto, dentre outras irregularidades.
- Irregularidades detectadas por ação dos órgãos fiscalizadores.
- Denúncias de irregularidades em convênios, repasses ou termos de parceria, apresentadas por cidadãos ou veiculadas nos meios de comunicação, as quais, apuradas, sejam comprovadas.

Durante o processamento da TCE no Tribunal de Contas da União, o responsável (pessoa que geriu os recursos do convênio, do contrato de repasse ou do termo de parceria) tem direito à ampla defesa e ao contraditório, podendo produzir as provas que julgar necessárias em seu favor.

No âmbito do repassador dos recursos, a instauração da TCE ensejará a inscrição de inadimplência do respectivo instrumento no Siconv, o que impedirá novas

transferências de recursos financeiros mediante convênios, contratos de repasse ou termos de parceria à entidade inadimplente.

Os responsáveis que tiverem suas contas julgadas irregulares pelo Tribunal de Contas da União poderão sofrer várias consequências, como as seguintes:

- Devolução dos valores, com atualização monetária e juros de mora;
- Aplicação de multa que pode alcançar 100% do valor atualizado do dano causado ao erário;
- Inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), o que implica impossibilidade de realizar transações bancárias;
- Envio ao Ministério Público Eleitoral do nome do responsável para fins de inelegibilidade;
- Inabilitação, por um período de cinco a oito anos, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na administração pública federal;
- Envio dos elementos pertinentes e do julgamento ao Ministério Público Federal para fins de instauração do processo penal.

3.5.9 A Fiscalização do Tribunal de Contas sobre os Convênios

A Constituição Federal e a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União (Lei 8.443, de 26 de julho de 1992) estabelecem que compete ao TCU fiscalizar a aplicação de recursos repassados pela União, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estados, ao Distrito Federal ou a municípios. Por isso, o Tribunal atua intensivamente na fiscalização dos convênios celebrados entre órgãos e entidades da União com Estados e Municípios, valendo-se, principalmente, de suas Secretarias de Controle Externo, localizadas em todos os Estados brasileiros. Todas as fases dos convênios podem ser objeto de fiscalização pelo TCU: celebração, formalização, execução e prestação de contas. A análise envolve o atendimento às exigências legais; execução financeira; execução física (obras, serviços e aquisição de bens); fidelidade e veracidade de documentos e procedimentos; os processos licitatórios; a existência das empresas contratadas, além da avaliação da efetividade do convênio.

Identificados indícios de irregularidade nos trabalhos de fiscalização por seu corpo técnico, o TCU determina a instauração de tomada de contas especial para apuração

da responsabilidade e/ou quantificação do dano ao erário. A função fiscalizadora do TCU é deflagrada mediante solicitação do Congresso Nacional e de suas Casas e por iniciativa própria, selecionando previamente os convênios com base em bancos de dados informatizados. Pode também ocorrer em razão de denúncias de terceiros, notícias de jornal, matérias veiculadas na televisão e representações apresentadas por autoridades, pelo controle interno federal ou pelos próprios servidores do Tribunal.

A fiscalização de transferências voluntárias da União compete também ao Poder Executivo, por intermédio da Secretaria Federal de Controle Interno, órgão da Controladoria Geral da União. Ao constatar qualquer irregularidade, cumpre à Secretaria Federal de Controle Interno comunicar o fato ao órgão repassador dos recursos, para fins de instauração de tomada de contas especial a ser julgada pelo TCU.

3.6 O futuro das parcerias com o Terceiro Setor

A Lei n. 13.019/14 que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação foi publicada há mais de um ano com o objetivo de dar maior segurança e transparência às parcerias celebradas entre a Administração Pública e as entidades do terceiro setor, ao contrário da Lei n. 9.637/98 e da Lei n. 9.790/99, que tratam dos contratos de gestão e dos termos de parceria, essa nova lei do terceiro setor trata de modo bem detalhado todo o processo de celebração, execução e prestação de contas das parcerias que disciplina.

Porém, todo este detalhamento trouxe muitas dúvidas e estas dúvidas impediram a sua entrada em vigência no prazo originalmente previsto que era de 90 dias, passou-se para 540 dias a contar de 23 de janeiro de 2016.

Importante ressaltar que, a lei 13.019/2014 já sofreu alteração em dezembro de 2015 pela lei n. 13.204/15 que mudou pontos importantes da lei.

A Nova redação traz a existência de cinco vínculos de parceria passíveis de celebração com o terceiro setor:

- Convênios que passam a ser utilizados exclusivamente para as parcerias que envolvam instituições privadas nos serviços públicos de saúde;
- Termo de parceria para as atividades previstas na lei 9.790/99 que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs, institui e disciplina o Termo de Parceria.
- Contratos de Gestão para prestação de serviços previstos na lei 9.637/98
- Termos de fomento e termos de colaboração – para a consecução de finalidades de interesse público, com repasse de recursos financeiros, nos termos da Lei n. 13.019/14.
- Acordos de cooperação – para a consecução de finalidades de interesse público, sem repasse de recursos financeiros, nos termos da Lei n. 13.019/14.

Esta lei define com objetividade cada um dos ajustes com o terceiro setor Além destes ajustes é importante ressaltar que com esses modelos de parceria com o terceiro setor, a legislação deixa clara a inaplicabilidade da lei 8.666/93 aos termos de colaboração e termos de fomentos. Importante ressaltar que o denominado Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC previu a substituição dos convênios por dois novos modelos de ajuste que são os termos de colaboração e os termos de fomento.

4. MÉTODO

4.1 Método de abordagem

A metodologia utilizada foi aplicação de questionário e entrevistas elaborado para este estudo para avaliar o conhecimento dos pesquisadores quanto às determinações previstas em legislações dos órgãos Estaduais, Municipais, Federais e outros órgãos de fomentos que devam seguir uma lei específica por meio de convênios pactuados com o Departamento/Universidade (Gonçalves, 2007). Os questionários foram encaminhados para os 23 orientadores do Programa de Pós-Graduação em Oftalmologia e Ciências Visuais, da EPM-Unifesp retornando 16 respostas (aproximadamente 70%). Os pesquisadores registraram as respostas, porém, não se identificaram no questionário.

4.2 Comitê de Ética em Pesquisa

Este trabalho teve aprovação institucional do CEP UNIFESP sob número 39554914.9.0000.5505 (Anexo 1).

4.3 Instrumento de coleta de dados

Para realizar a pesquisa, foi utilizado um questionário, elaborado para este estudo:

Quadro 1 – Questionário de Investigação de opinião sobre conhecimento: captação e utilização de recursos e capacitação para sua utilização:

Pessoal

1) Sobre seu envolvimento com a Unifesp	Qual?			
<i>a-Vínculo</i>	Estatutário	Celetista	Outro	
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
<i>b-Tempo de trabalho no Departamento de Oftalmologia</i>	< 1 ano	1 - 5 anos	5 - 10 anos	10 anos e +
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<i>c-Tempo de trabalho na Unifesp</i>	< 1 ano	1 - 5 anos	5 - 10 anos	10 anos e +
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	

Experiência em Captação de Recursos

2) O Sr.(a) já fez captação(ões) de recursos para serviço, pesquisa e/ou aquisição de equipamento em uma ou mais Organizações descritas abaixo?	Sim	Não	Se sim, qual?
---	-----	-----	---------------

<i>a-Privada</i>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<i>b-Pública Federal</i>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<i>c-Pública Estadual</i>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<i>d-Pública Municipal</i>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<i>e-Órgãos de fomento à pesquisa</i>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<i>f-Internacional</i>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<i>g-Outra</i>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Grau de Conhecimento nas Regras de Utilização de Recursos

3) Recursos oriundos do Governo Federal (Tesouro, CAPES, CNPq, FINEP, Ministérios e outros)	Conhece Plenamente	Conhece Razoavelmente	Desconhece	Não se aplica
<i>a-Legislação / Formas de Utilização</i>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<i>b-Elaboração de projeto/ Plano de trabalho</i>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<i>c-Regras de Prestação de Contas</i>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<i>d-Observações</i>				
4) Recursos oriundos do Governo Estadual (FAPESP; ANSP e outros)	Conhece Plenamente	Conhece Razoavelmente	Desconhece	Não se aplica
<i>a-Legislação / Formas de Utilização</i>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<i>b-Elaboração de projeto/ Plano de trabalho</i>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<i>c-Regras de Prestação de Contas</i>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<i>d-Observações</i>				
5) Recursos oriundos do Governo Municipal	Conhece Plenamente	Conhece Razoavelmente	Desconhece	Não se aplica
<i>a-Legislação / Formas de Utilização</i>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<i>b-Elaboração de projeto/ Plano de trabalho</i>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<i>c-Regras de Prestação de Contas</i>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<i>d-Observações</i>				
6) Recursos Departamentais depositados na Fundação de Apoio à Unifesp	Conhece Plenamente	Conhece Razoavelmente	Desconhece	Não se aplica
<i>a-Legislação / Formas de Utilização</i>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<i>b-Elaboração de projeto/ Plano de trabalho</i>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<i>c-Regras de Prestação de Contas</i>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<i>d-Observações</i>				

7) Sobre a estrutura de serviços e apoio Institucional e Interinstitucional	Conhece Plenamente	Conhece Razoavelmente	Desconhece	Não se aplica
<i>a-Atribuições e Serviços Prestados pelo Departamento de Convênios da Unifesp</i>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<i>b-Atribuições e Serviços Prestados pelo Departamento de Análise de Prestação de Contas - Contratos e Convênios</i>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<i>c-Atribuições e Serviços Prestados pelo Departamento de Gestão Orçamentária</i>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<i>d-Atribuições e Serviços Prestados pelo Comissão Processante Permanente</i>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<i>e-Atribuições da Controladoria Geral da União</i>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<i>f-Atribuições do Tribunal de Contas da União</i>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<i>g-Orientação Institucional quanto à fiscalização de contratos</i>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<i>h-Atribuição dos Ordenadores de Despesas da Unifesp</i>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<i>i-Necessidade de consulta à CPPD para prestação de atividades, mesmo que não remuneradas</i>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<i>j-Necessidade de estabelecimento de convênio formal para as atividades entre um órgão privado e um Departamento Acadêmico</i>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<i>k-Critérios de aquisição com recursos públicos (Pregão, Licitação, ATA, etc)</i>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<i>l-Observações</i>				
8) Na sua percepção, a capacitação e treinamento para utilização e prestação de contas dos recursos dos órgãos de fomento cabe:	Concorda Plenamente	Concorda em parte	Discorda Totalmente	Não sabe responder
<i>a-Aos próprios Órgãos de fomento</i>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<i>b- À Unifesp</i>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<i>c- Ao Departamento de Oftalmologia</i>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<i>d- Ao próprio solicitante</i>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<i>e-Observações</i>				

4.4 Da Análise dos Dados

Os dados do questionário serão contabilizados e discutidos em forma de valor absoluto e valor percentual.

5. RESULTADOS

Os resultados obtidos por meio dos 16 questionários, sendo que dentre estes 10 voluntários também participaram de uma entrevista que foram tabulados quanto a: experiência em captação de recursos, conhecimento das regras de utilização de recursos, e quanto a quem cabe a capacitação e treinamento para utilização desses (ao próprio indivíduo, a instituição ou departamento de origem).

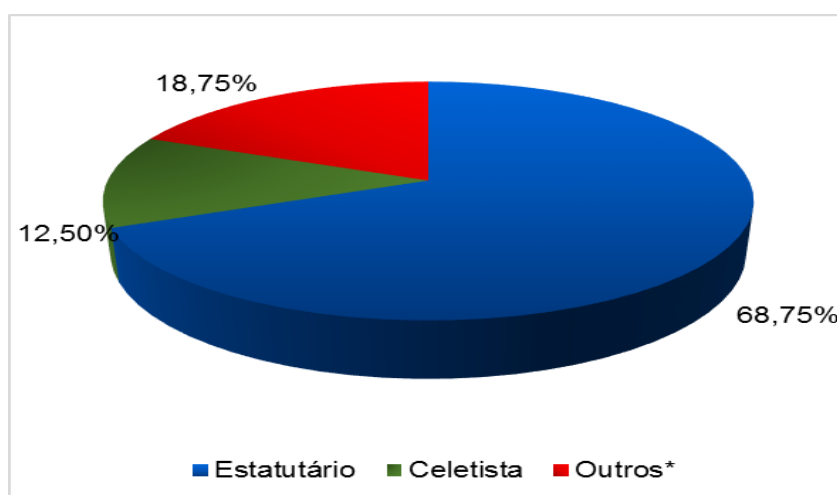
Na tabela 1, estão identificadas as ocorrências dos pesquisadores em relação ao seu envolvimento institucional (questão 01). A experiência de tempo de trabalho (questão 02) da maioria dos voluntários foi de 10 anos ou superior, sendo 87,5% no departamento e 75% na UNIFESP.

Tabela 1 - Identificação dos pesquisadores em relação ao seu envolvimento

Vinculo	N.	%
Estatutário	11	68,75
Celetista	02	12,5
Outros*	03	18,75
Total	16	100%

Legenda - *01 Professor afiliado e 02 sem resposta

Gráfico 1 - Identificação dos pesquisadores em relação ao seu envolvimento



Dos 16 respondentes, todos tinham experiência em captação de recursos (questão 2) todos tinham experiência em captação de instituições públicas (Federal- CAPES, FNS, CNPQ, Ministério da Saúde e Estadual – FAPESP e Municipal – Prefeitura do

município de São Paulo) e privadas (Abbot, Summit, Rotary Clube, Indústria Farmacêutica, Empresa Americana, Bayer).

Em relação à opinião sobre o conhecimento de legislação /formas de utilização de recursos federais (questão 03 a) foram encontradas seis (37,5%) respostas do tipo conhece plenamente, 8 (50%) conhece razoavelmente, e 02 (12,5%) desconhecem.

No que diz respeito ao conhecimento nas regras de utilização de recursos federais (questão 3b) quanto a elaboração de projetos para esse recurso foram observadas 10 respostas do tipo conhece plenamente (62,5%), 05 respostas conhece razoavelmente (31,25%) e apenas uma resposta desconhece.

Sobre a prestação de contas de recursos federais (questão 03 c) verificaram-se 07 respostas (43,75%) do tipo conhece plenamente e 07 respostas (43,75%) do tipo conhecem razoavelmente, e 02 (12,5%) desconhecem.

Tabela 2 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento das regras de uso de recursos estaduais/legislação (questão 4a)

Legislação	N.	%
1 – Desconhece	1	12,5
2 – Conhece Razoavelmente	8	50
3 – Conhece Plenamente	7	43,75
Total	16	100

Gráfico 2 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento das regras de uso de recursos estaduais/legislação (questão 4a)

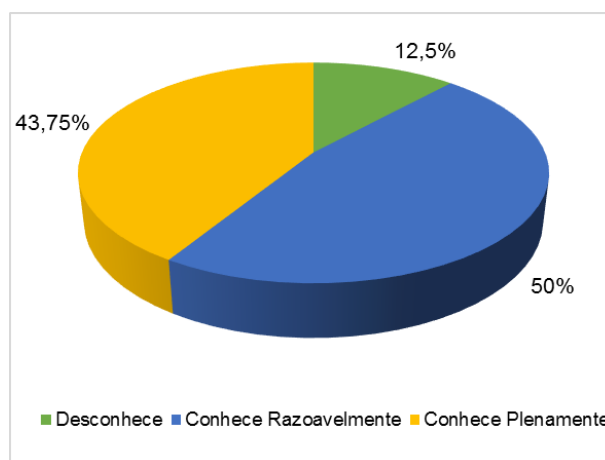


Tabela 3 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento das regras de uso de recursos estaduais/elaboração de projetos (questão 4b)

Elaboração de Projetos – Questão 4b	N.	%
1 – Desconhece	2	12,5
2 – Conhece Razoavelmente	7	43,75
3 – Conhece Plenamente	7	43,75
Total	16	100

Gráfico 3 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento das regras de uso de recursos estaduais/elaboração de projetos (questão 4b)

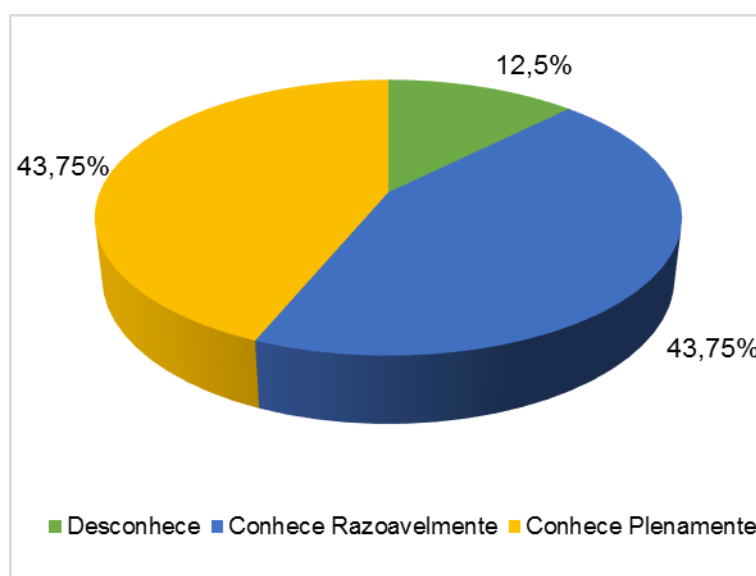
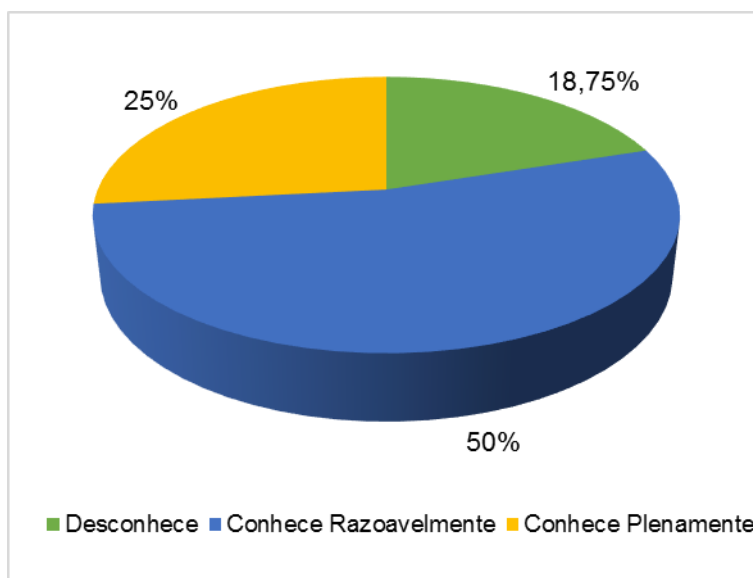


Tabela 4 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento das regras de uso de recursos estaduais/prestação de contas (questão 4c)

Prestação de Contas - Questão 4c	N.	%
1 – Desconhece	3	18,75
2 – Conhece Razoavelmente	7	50
3 – Conhece Plenamente	6	25
Total	16	100

Gráfico 4 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento das regras de uso de recursos estaduais/prestação de contas (questão 4c)



O mesmo estudo foi feito para os recursos oriundos do governo municipal/legislação (questão 5a) e encontraram-se 08 (50%) respostas desconhecem a legislação, 03 (18,75%) conhecem razoavelmente e 03 (18,75%) conhecem plenamente e duas (12,5%) respostas não se aplicam. No que diz respeito a governo municipal/elaboração de projeto verificaram-se 06 respostas (37,5%) desconhecem; 05 (31,25%) respostas conhecem razoavelmente, 03 (18,75%) respostas conhecem plenamente, e 02 (12,5%) não se aplica. E quanto a governo municipal/prestação de contas encontraram-se 08 (50%) respostas desconhecem, 04 (25%) conhecem razoavelmente, 02 (12,5%) conhecem plenamente, e 02 (12,5%) não se aplica.

Tabela 5 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento das regras de uso de recursos FAP UNIFESP /legislação (questão 6a)

Respostas Encontradas – Legislação 6a	N.	%
1 - Desconhece	6	37,5
2 – Conhece Razoavelmente	7	43,75
3 – Conhece Plenamente	3	18,75
Total	16	100

Gráfico 5 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento das regras de uso de recursos FAP UNIFESP /legislação (questão 6a)

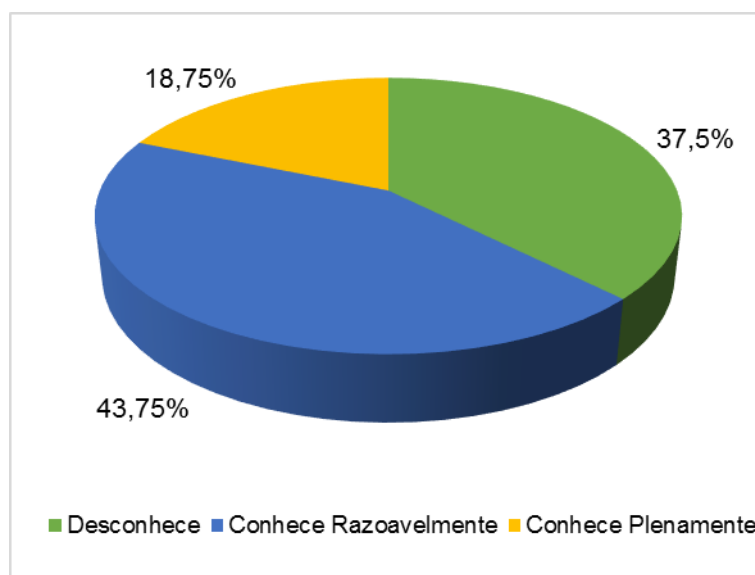


Tabela 6 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento das regras de uso de recursos FAP UNIFESP /elaboração de projeto (questão 6b)

Elaboração de Projeto – Questão 6b	N.	%
1 - Desconhece	5	31,5
2 – Conhece Razoavelmente	8	50
3 – Conhece Plenamente	3	18,75
Total	16	100

Gráfico 6 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento das regras de uso de recursos FAP UNIFESP /elaboração de projeto (questão 6b)

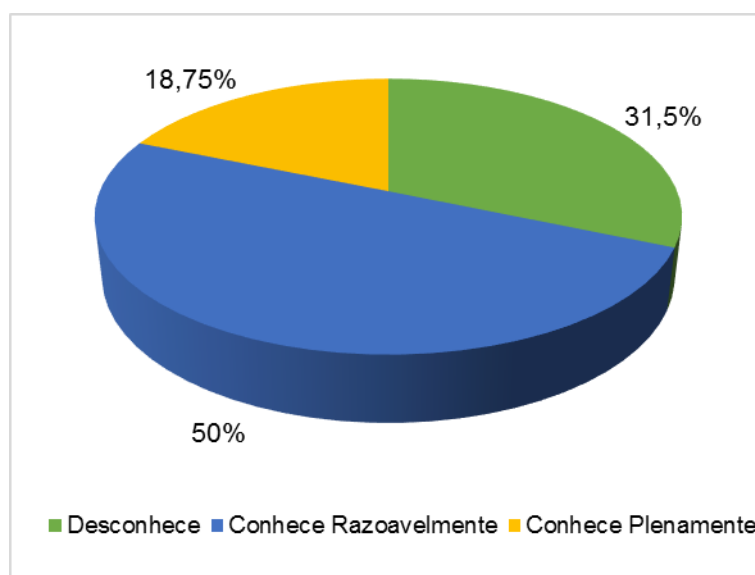


Tabela 7 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento das regras de uso de recursos FAP UNIFESP /prestação de contas (questão 6c)

Elaboração de Projeto – Questão 6b	N.	%
1 - Desconhece	6	37,5
2 – Conhece Razoavelmente	6	37,50
3 – Conhece Plenamente	3	18,75
Sem Resposta	1	6,25
Total	16	100

Gráfico 7 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento das regras de uso de recursos FAP UNIFESP /prestação de contas (questão 6c)

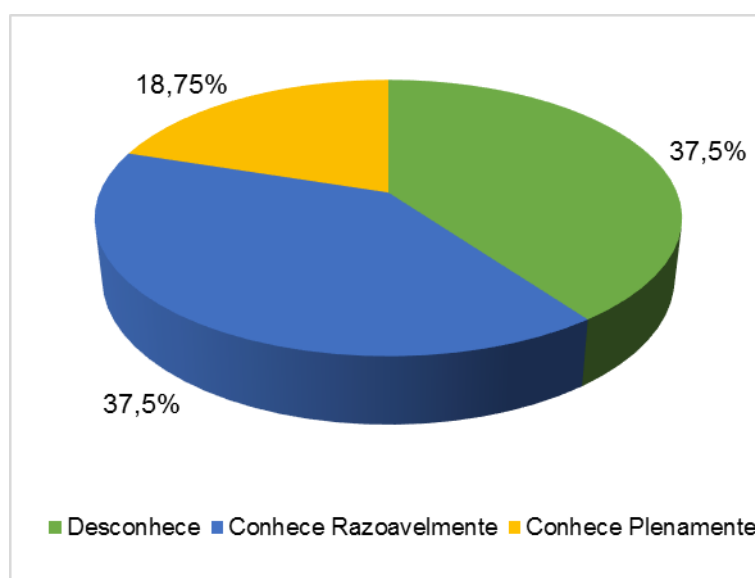


Tabela 8 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento sobre atribuições e serviços prestados pelo departamento de convênio da UNIFESP (questão 7a)

Departamento de Convênios – Questão 7a	N.	%
1 - Desconhece	7	43,75
2 – Conhece Razoavelmente	8	50
3 – Conhece Plenamente	1	6,25
Total	16	100

Gráfico 8 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento sobre atribuições e serviços prestados pelo departamento de convênio da UNIFESP (questão 7a)

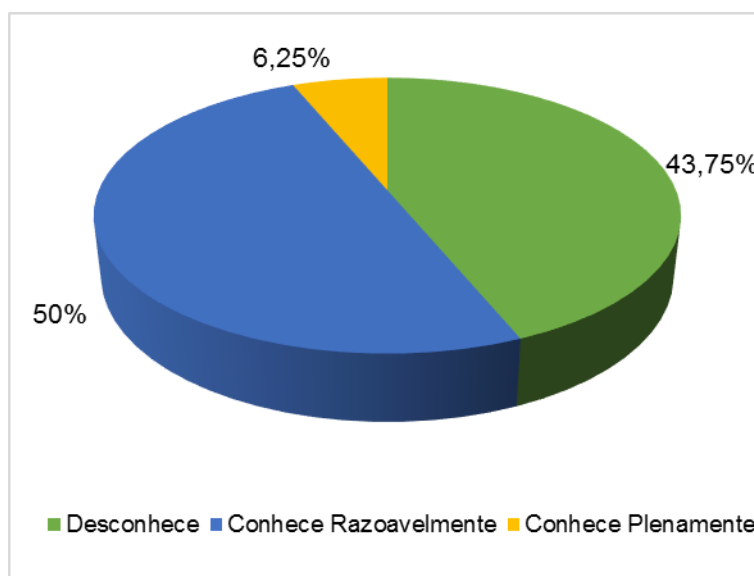


Tabela 9 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento sobre atribuições e serviços prestados pelo departamento de análise de prestação de contas/contratos e convênios (questão 7b)

Análise de Contas – Questão 7b	N.	%
1 – Desconhece	7	43,75
2 – Conhece Razoavelmente	8	50
3 – Conhece Plenamente	1	6,25
Total	16	100

Gráfico 9 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento sobre atribuições e serviços prestados pelo departamento de análise de prestação de contas/contratos e convênios (questão 7b)

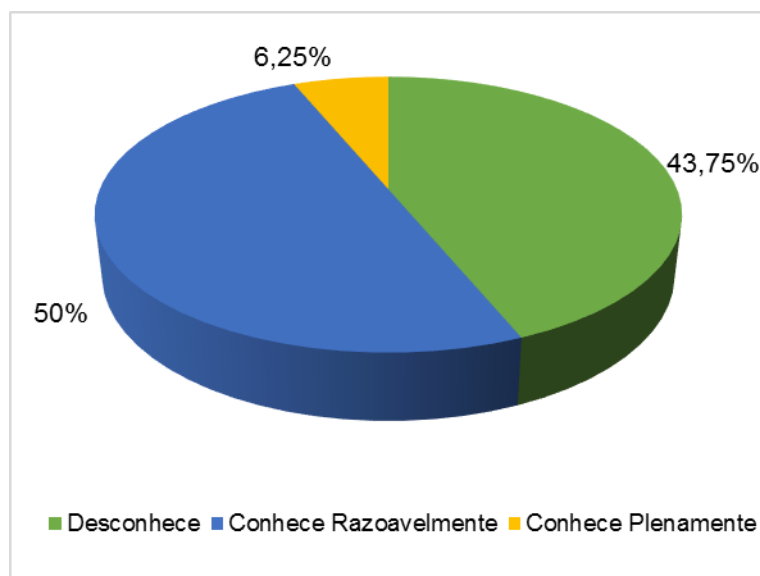


Tabela 10 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento sobre atribuições e serviços prestados pelo departamento gestão orçamentária (questão 7c)

Gestão de Orçamentária – Questão 7c	N.	%
1 – Desconhece	11	68,75
2 – Conhece Razoavelmente	5	31,25
Total	16	100

Gráfico 10 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento sobre atribuições e serviços prestados pelo departamento gestão orçamentária (questão 7c)

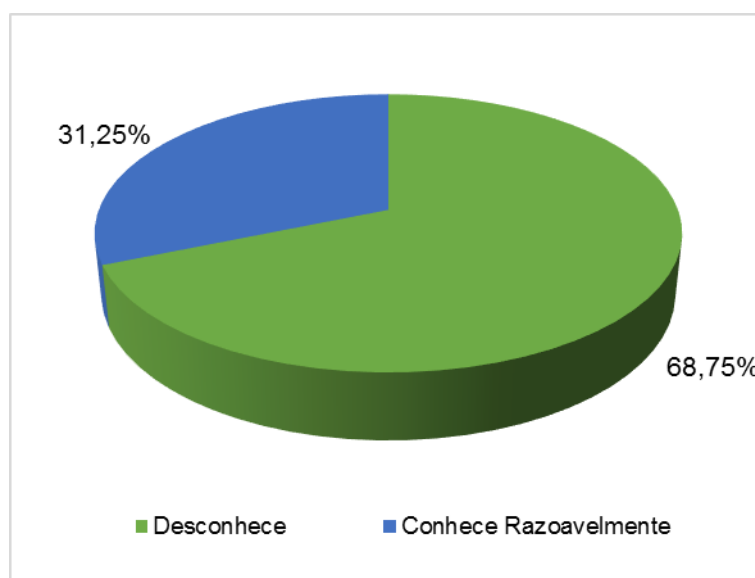


Tabela 11 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento sobre atribuições e serviços prestados pela Comissão Processante Permanente (questão 7d)

CPP – Questão 7d	N.	%
1 – Desconhece	9	56,25
2 – Conhece Razoavelmente	6	37,5
3 – Conhece Plenamente	1	6,25
Total	16	100

Gráfico 11 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento sobre atribuições e serviços prestados pela Comissão Processante Permanente (questão 7d)

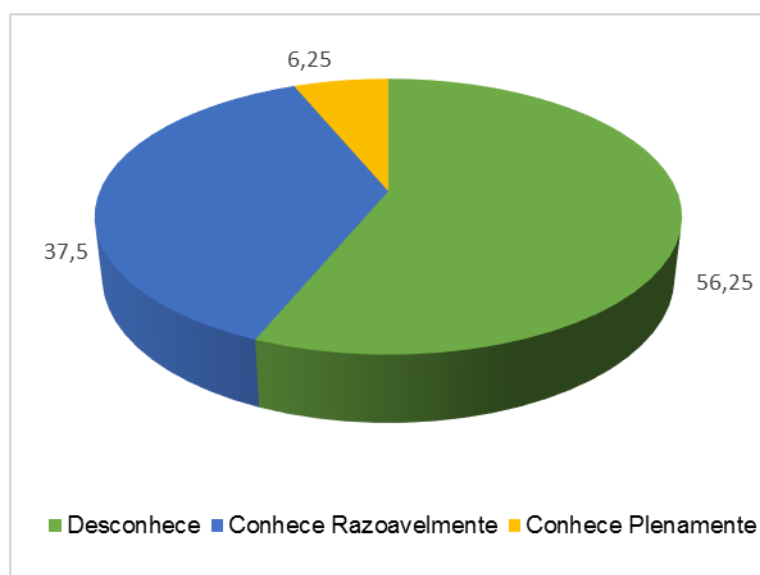


Tabela 12 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento sobre atribuições e serviços prestados pelo Controladoria Geral da União (questão 7e)

CGU – Questão 7e	N.	%
1 – Desconhece	6	37,50
2 – Conhece Razoavelmente	9	56,25
3 – Conhece Plenamente	0	0
Total	15*	100

Legenda: * Uma resposta anulada – grafou duas alternativas

Gráfico 12 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento sobre atribuições e serviços prestados pelo Controladoria Geral da União (questão 7e)

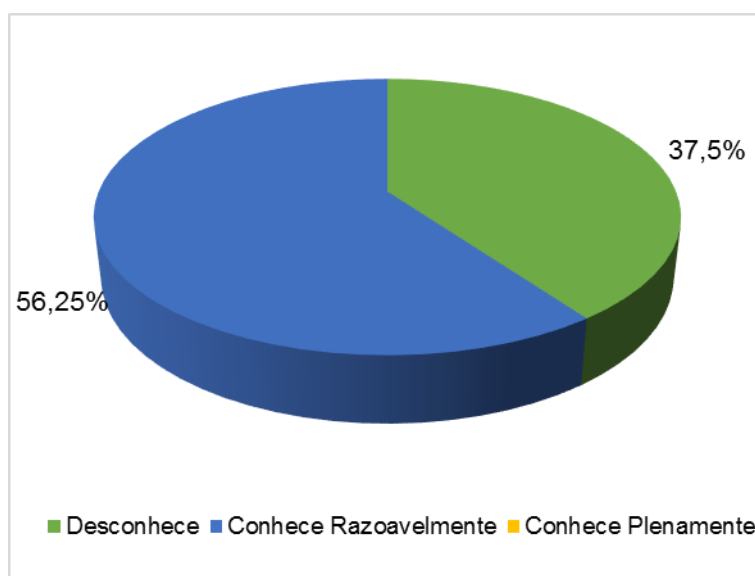


Tabela 13 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento sobre atribuições e serviços prestados pelo Tribunal de Contas da União (questão 7f)

TCU – Questão 7f	N.	%
1 – Desconhece	6	37,50
2 – Conhece Razoavelmente	10	62,50
3 – Conhece Plenamente	0	0
Total	16	100

Gráfico 13 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento sobre atribuições e serviços prestados pelo Tribunal de Contas da União (questão 7f)

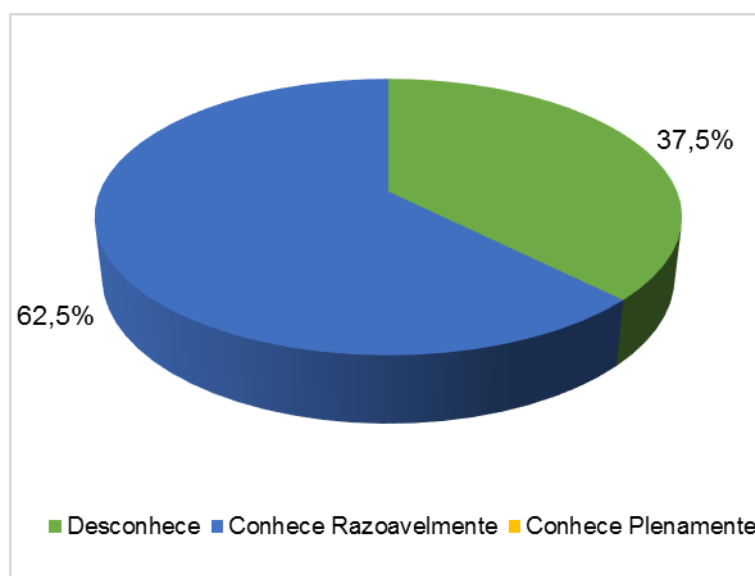


Tabela 14 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento sobre atribuições e serviços prestados pela Orientação Institucional quanto a fiscalização de contratos (questão 7g)

Fiscalização de Contrato – Questão 7g	N.	%
1 – Desconhece	6	37,50
2 – Conhece Razoavelmente	8	50
3 – Conhece Plenamente	1	6,25
9 - Não se aplica	1	6,25
Total	16	100

Gráfico 14 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento sobre atribuições e serviços prestados pela Orientação Institucional quanto a fiscalização de contratos (questão 7g)

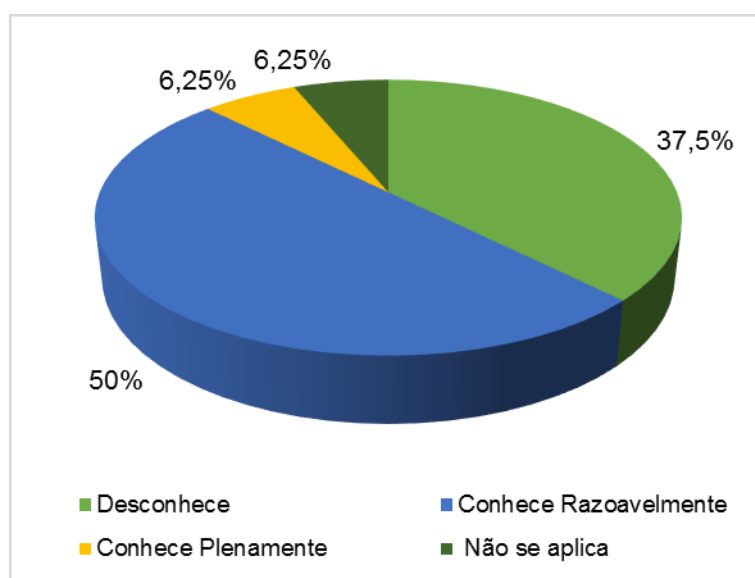


Tabela 15 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento atribuição de ordenadores de despesa (questão 7h)

Atribuição de ordenadores de despesa – Questão 7h	N.	%
1 – Desconhece	10	62,50
2 – Conhece Razoavelmente	6	37,50
Total	16	100

Gráfico 15 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento atribuição de ordenadores de despesa (questão 7h)

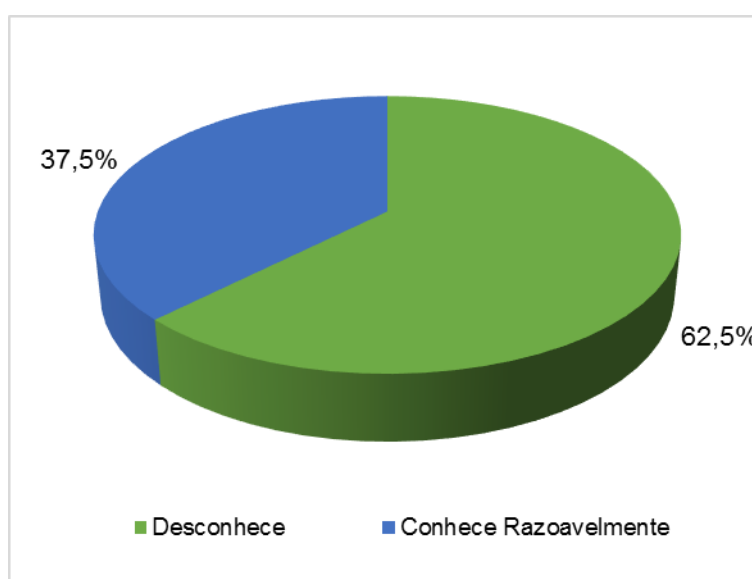
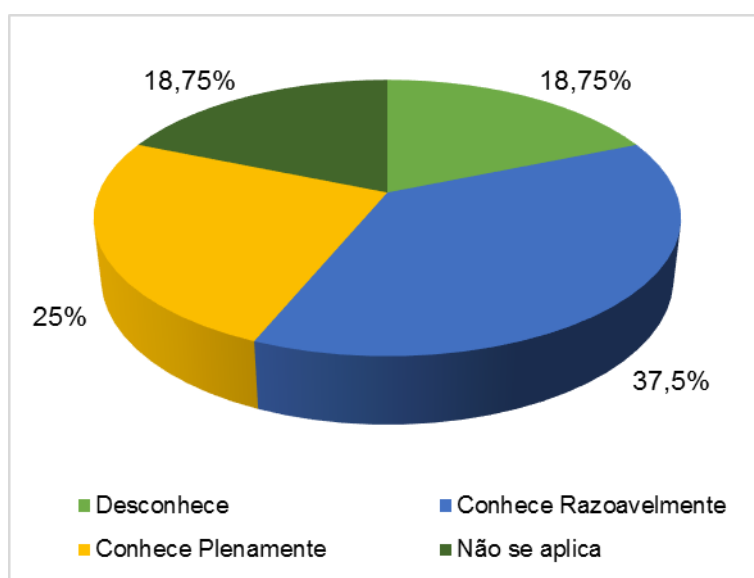


Tabela 16 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento de consulta a Comissão Permanente de Pessoal Docente para prestação de atividade mesmo que não remuneradas (questão 7i)

Fiscalização de Contrato – Questão 7g	N.	%
1 – Desconhece	3	18,75
2 – Conhece Razoavelmente	6	37,50
3 – Conhece Plenamente	4	25
9 - Não se aplica	3	18,75
Total	16	100

Gráfico 16 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento de consulta a Comissão Permanente de Pessoal Docente para prestação de atividade mesmo que não remuneradas (questão 7i)



**Tabela 17 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento
Necessidade de estabelecimento de convênio formal para as atividades entre um órgão privado e
um Departamento Acadêmico (questão 7j)**

Convênio entre Órgão e Departamento – Questão 7j	N.	%
1 – Desconhece	3	18,75
2 – Conhece Razoavelmente	8	50
3 – Conhece Plenamente	5	31,25
Total	16	100

**Gráfico 17 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento
Necessidade de estabelecimento de convênio formal para as atividades entre um órgão privado e
um Departamento Acadêmico (questão 7j)**

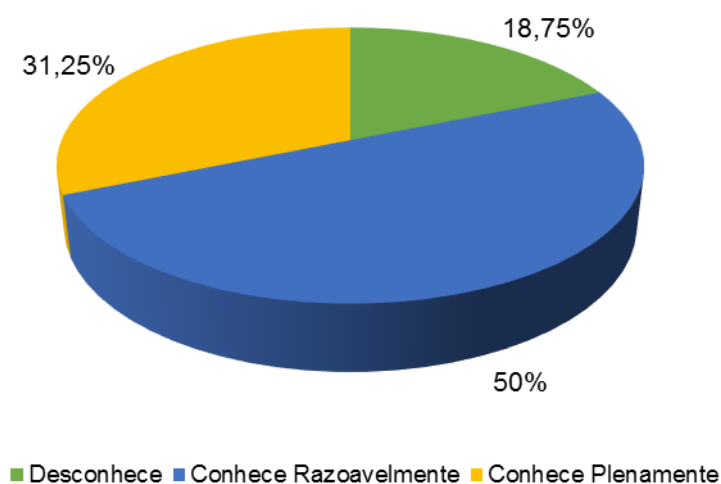


Tabela 18 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento Critérios de Aquisição com recursos públicos (questão 7k)

Critério de Aquisição com Recursos Públicos – Questão 7k	N.	%
1 – Desconhece	3	18,75
2 – Conhece Razoavelmente	10	62,50
3 – Conhece Plenamente	3	18,75
Total	16	100

Gráfico 18 - Identificação dos pesquisadores em relação a sua opinião sobre o seu conhecimento Critérios de Aquisição com recursos públicos (questão 7k)

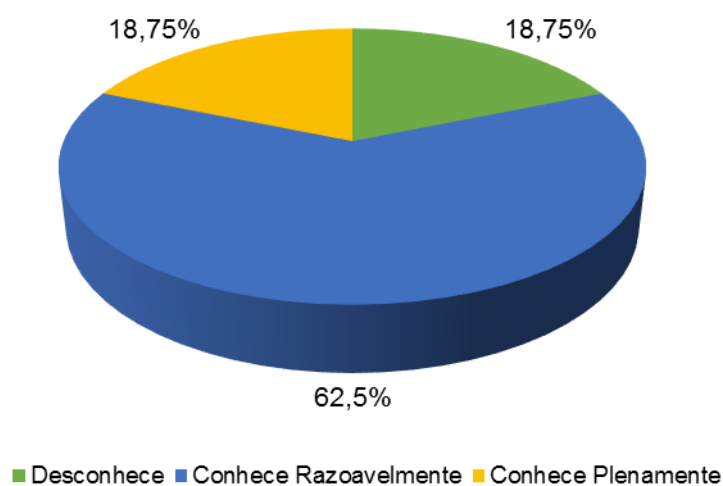


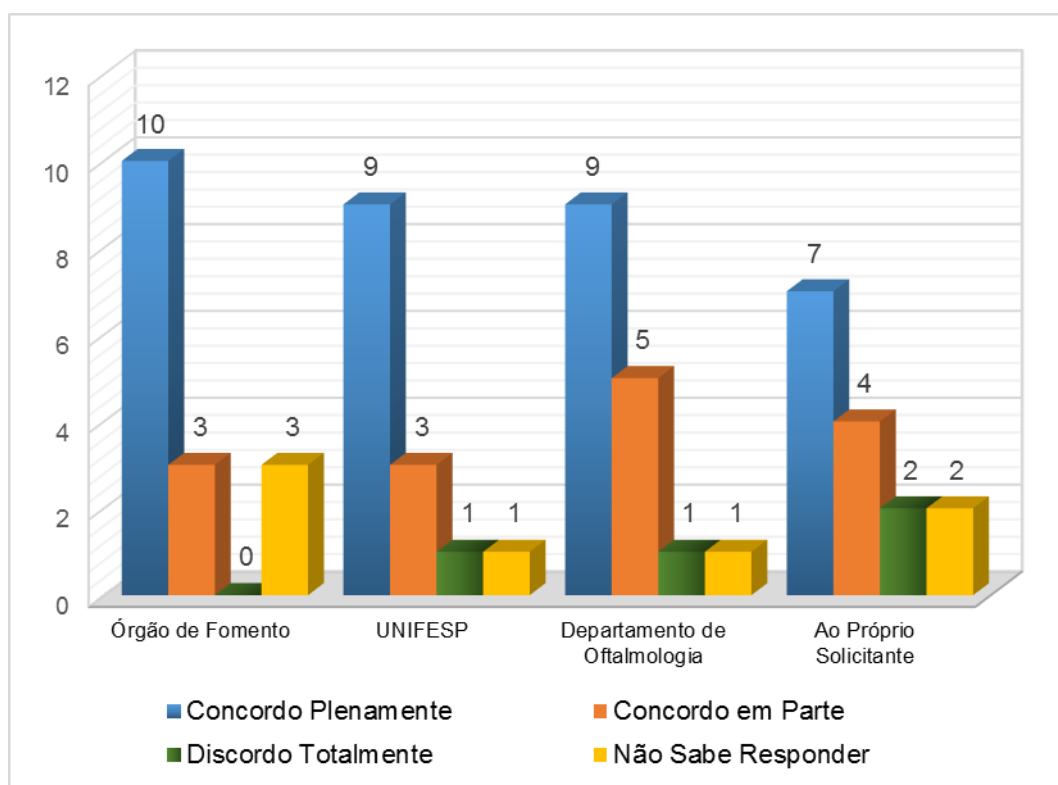
Tabela 19 - Identificação do número de respostas em relação a opinião dos pesquisadores sobre a capacitação e treinamento para utilização e prestação de contas dos recursos dos órgãos de fomento cabe: (questão 8)

Capacitação/Treinamento e Prestação de Contas Questão 8	Concordo plenamente	Concordo em parte	Discordo totalmente	Não sabe responder	Total
Órgão de Fomento	10	03	0	03	16
UNIFESP	09	03	01	01	14*
Departamento de Oftalmologia	09	05	01	01	16
Ao Próprio Solicitante	07	04	02	02	15**
Total	35	15	04	07	61

Legenda: * 02 questionários em que o item b não foi assinalado

****01 questionário em que o item d não foi assinalado**

Gráfico 19 - Identificação do número de respostas em relação a opinião dos pesquisadores sobre a capacitação e treinamento para utilização e prestação de contas dos recursos dos órgãos de fomento cabe: (questão 8).



6. DISCUSSAO

Inúmeras competências são necessárias para formulação de convênios com as universidades federais, pois um dos principais meios de financiamento delas para execução de suas funções (ensino, pesquisa e extensão) provém dos recursos provenientes de convênios (BARBOSA, 2000) sendo a segunda maior fonte de recursos (FREITAS et al., 2005) e representam uma forma de parceria no quais os partícipes são atribuídos regras rigorosas, no cumprimento dos acordos pactuados com interesses comuns (PECI et. al., 2008).

Um ponto a qual este estudo revelou diz respeito a que os respondentes conhecem a legislação e suas formas de utilização dos recursos do âmbito municipal, estadual, federais e/ou Privados. Neste sentido, há uma forte relação dos respondentes com a gestão de projetos e sua finalidade social. O gerenciamento de projetos é uma das competências necessárias para uma boa aplicabilidade de recursos e sua realização, entretanto a eficiência em gestão de convênios concentra-se na governança que segundo Fischer (1996, p. 19) a [...] é um conceito plural, que compreende não apenas a substância da gestão, mas a relação entre os agentes envolvidos, a construção de espaços de negociação e os vários papéis desempenhados pelos agentes do processo.

Um ponto importante a ser ressaltado nesta pesquisa consiste na gestão do conhecimento e responsabilidades compartilhadas. Gestão de conhecimento pode ser definida como: [...] uma área de atuação transversal que possui diversas áreas correlacionadas principalmente à gestão estratégica, teoria das organizações e sistemas de informação. A gestão do conhecimento promove, com visão integrada, o gerenciamento e compartilhamento de todo o ativo que uma instituição possui (LUCHESE, 2012). Neste sentido, há um desconhecimento dos respondentes (43,75%) sobre os serviços prestados pelo departamento de convênio da UNIFESP. O desconhecimento sobre como estes departamentos que informam ou auxiliam os pesquisadores no desenvolvimento de seus projetos.

Esse desconhecimento dos pesquisadores do Departamento de Oftalmologia e Ciências Visuais sobre a estrutura administrativa da UNIFESP e algumas competências, como por exemplo, a de ordenador de despesas mostrou uma deficiência institucional no que se refere ao apoio a esses pesquisadores.

Apoio esse muito importante principalmente no início e na finalização da prestação de conta dos recursos captados por órgãos e agencia de fomentos e outros convênios. Ao analisar o estatuto/regimento da UNIFESP percebeu-se desunião de informações

referente à gestão de convênios, uma vez que, vários conselhos, como o de Pós-graduação (artigo 21 inciso IX do regimento), Extensão (artigo 23, inciso IX do regimento), Conselho de Campus (artigo 4 , inciso IV do regimento) e Fundação de Apoio /FAP (artigo 279, parágrafo I e II) têm como competência propor associação da Instituição e convênios ou outros instrumentos congêneres para apoiar administrativamente e financeiramente projetos de ensino , pesquisa e extensão e desenvolvimento científico e tecnológico .

Vale destacar que no organograma da Pró-Reitoria de Administração verifica-se a existência de uma diretoria de CONVENIO e uma diretoria de PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVENIOS o que causa certo incomodo e estranheza uma vez que essa *expertise* fica longe dos pesquisadores que perdem esse suporte técnico.

Cabe então uma reflexão institucional de qual a melhor forma de apoiar seus pesquisadores quanto à gestão de convênios. Uma recomendação satisfatória, talvez seja, a de trazer essas **diretorias** que fazem parte da **Pró-Reitoria de Administração** para a **Pró- Reitoria de Pós-Graduação**. Isso poderia facilitar o entendimento dos pesquisadores dos programas de pós-graduação no que se refere à captação de recursos, prestação de contas nas instâncias públicas e privadas, bem como a Capacitação e Orientação para utilização desses recursos ao pesquisador. Outra sugestão boa e que facilitaria a gestão de qualquer convenio seria a extensão do ponto de apoio para outros órgãos de fomento a semelhança do que ora existe para a FAPESP. E por ultimo, as atribuições do Departamento Orçamentário, quanto ao recebimento dos recursos de convenio, devem ser amplamente divulgados dado à relevância desse serviço institucional.

Com essas recomendações o pesquisador poderá ser auxiliado eficientemente na gestão de seus convênios, tendo sua prestação de contas compatível com o regulamento dos convênios, agindo dentro da legalidade e com transparência, Essa atitude trará para a Instituição Unifesp uma maior competência dos seus profissionais, permitindo aferição da legalidade dos atos praticados comprovando um efetivo cumprimento do convênio e com isso deixando de ser apontados pelos órgãos de controle externo isto é, Controladoria Geral da União – CGU e Tribunal de Contas da União- TCU e internamente na Instituição responder um processo administrativo na Comissão processante Permanente- CPP.

Diante dos resultados obtidos, no que diz respeito a, que os pesquisadores conhecem os processos para a gestão de convênios, porém desconhecem a existência de departamentos internos da Unifesp que poderiam auxiliar nas dúvidas sobre a elaboração de projetos e prestação de contas, O produto final deste estudo constituir-se-á da elaboração de uma cartilha digital (Anexo 2) contendo informações necessárias para acesso as informações na gestão do convênio pelo pesquisador.

7. CONCLUSAO

1. O pesquisador da UNIFESP sabe confeccionar plano de trabalho (projeto), solicitar orçamento, entende as diferentes legislações dos órgãos de fomento (agencia financiadora de pesquisa científica e tecnológica do país) quer seja municipal, estadual, federal ou privado. Mostram experiência em captação de recursos, porém, sentem dificuldade em entender a estrutura funcional institucional da Unifesp.
2. Diante dos resultados obtidos, o produto final deste estudo foi a elaboração de uma Cartilha Orientativa para informar aos pesquisadores dos diversos campi da Unifesp, a estrutura administrativa funcional da Unifesp que o auxiliará no gerenciamento dos seus projetos nacionais e internacionais financiados pelos diversos órgãos de fomento.

8. REFERÊNCIAS

1. BARBOSA, Maria de Nazaré Lins. Convênios e parcerias entre o setor público e o Terceiro Setor: boas práticas em matéria de regime legal. In: Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, 5, 2000, Santo Domingo. Anais... Rep. Dominicana: CLAD, 2000.
2. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. Fábio Ribeiro, 1988.
3. BRASIL. Decreto 6.170, de 25 de julho de 2007. Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências.
4. BRASIL. Decreto 8.726 de 27 de abril de 2016. Regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil.
5. BRASIL. Lei 13.019 de 31 de julho de 2014 . Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)
6. BRASIL. Lei n. 9.790/99 dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.
7. BRASIL. Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
8. BRASIL. Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação. CNPq [internet]. Brasília: Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação. 2016. [cerca de 2 telas]. Disponível em: <http://cnpq.br/apresentacao_institucional/>. Acesso em: 01 de junho 2016.
9. BRASIL. Ministério da Educação. Capes [internet]. Brasília: Ministério da Educação. 2016. [cerca de 2 telas]. Disponível em:<<https://www.capes.gov.br/>>. Acesso em: 01 de junho de 2016.
10. BRASIL. Tribunal de Contas da União. Convênios e outros repasses [internet]. 4.ed. Brasília: Secretaria-Geral de Controle Externo, 2013. 80 p. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2548956.PDF>>. Acesso em: 01 de junho de 2016.

11. FAPESP - Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo. Sobre a FAPESP [internet]. São Paulo: FAPESP, 2016. [Cerca de 3 telas]. Disponível em: <<http://www.fapesp.br/>>. Acesso em: 01 de junho de 2016.
12. FAPUNIFESP - Fundação de Apoio a Universidade Federal de São Paulo. Entenda a FAP [internet]. São Paulo: Fundação de Apoio a Universidade Federal de São Paulo, 2016. [Cerca de 3 telas]. Disponível em: <<http://www.fapunifesp.edu.br/>>. Acesso em: 01 de junho de 2016.
13. FISCHER, Maria Rosa. Estado, Mercado e Terceiro Setor: uma análise conceitual das parcerias intersetoriais. RAUSP-Revista de Administração da USP. v.40, n.1, p.5-18, 2005.
14. FREITAS, Claudia Maria de; FELIX, Grasiely Andreza Cachoeira; MELO, Pedro de; SAURIN, Valteir. Estudo das Fontes de recursos e despesas por categorias econômicas das Universidades Federais Brasileira. 2º Colóquio Internacional sobre Gestión Universitária em América Del Sur. 2005.
15. LUCHESI, Eunice Soares Franco. Gestão do conhecimento nas organizações. Companhia de Engenharia de Tráfego de São Paulo (CET): Notas Técnicas (NT), v. 221.
16. PECI, Alketa; FIGALE, Juliana; OLIVEIRA, Fábio de; BARRAGAT, Alexandre; SOUZA, Conceição. OSCIPs e Termos de Parcerias com a Sociedade Civil: um olhar sobre o modelo de gestão por resultados do Governo de Minas Gerais. RAP-Revista de Administração Pública. v. 42, n. 6, p. 1137-1162, 2008. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122008000600006>.
17. PECI, Alketa; FIGALE, Juliana; OLIVEIRA, Fábio de; BARRAGAT, Alexandre; SOUZA, Conceição. OSCIPs e Termos de Parcerias com a Sociedade Civil: um olhar sobre o modelo de gestão por resultados do Governo de Minas Gerais. RAP-Revista de Administração Pública. v. 42, n. 6, p. 1137-1162, 2008. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122008000600006>
18. SCARPI, Marinho Jorge. Administração em Saúde: Autogestão de Consultórios e Clínicas - Editora DOC, 2010, 1ª edição-776p.

Anexo 1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SÃO PAULO - UNIFESP/
HOSPITAL SÃO PAULO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Gestão de Práticas Oftalmológicas em Instituição Federal de Ensino Superior

Pesquisador: Marinho Jorge Scarpi

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 39554914.9.0000.5505

Instituição Proponente: Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP/EPM

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 921.367

Data da Relatoria: 16/12/2014

Apresentação do Projeto:

Pesquisa da prática gerencial com proposta de intervenção, para a implementação, avaliação e correção dos processos de apoio de Departamentos Acadêmicos das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e em especial ao que se dedica a todos os aspectos da Saúde Ocular, educação, extensão e pesquisa, o Departamento de Oftalmologia e Ciências Visuais da UNIFESP.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: 1. produzir conhecimento para subsidiar o planejamento estratégico dos Departamentos Acadêmicos das IFES; 2. implementar e avaliar os processos de apoio, fundamentados nos princípios da Administração Pública; 3. atuar em Comissões Especiais exigidas pelos Órgãos de Controle; 4. saber utilizar métodos gerenciais para melhorar o desempenho de Setores das IFES. **Objetivo Secundário:** ? posicionar-se no sistema de

liderança da IFES;? determinar os ambientes internos, interinstitucionais e externos;? analisar criticamente os cenários internos e externos;? determinar os focos estratégicos e desdobrá-los;? reconhecer as necessidades e expectativas dos usuários da IFES;? reconhecer as necessidades e expectativas das diversas Pró-Reitorias;? ter comportamento

socialmente responsável e ser agente multiplicador deste;? desenvolver os processos gerenciais dos recursos humanos;? construir o mapa de relacionamento dos setores da IFES;? construir os

Endereço: Rua Botucatu, 572 1º Andar Conj. 14
Bairro: VILA CLEMENTINO **CEP:** 04.023-061
UF: SP **Município:** SÃO PAULO
Telefone: (11)5539-7162 **Fax:** (11)5571-1062 **E-mail:** cepunifesp@unifesp.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SÃO PAULO - UNIFESP/
HOSPITAL SÃO PAULO



Continuação do Parecer: 921.367

fluxos dos processos;? confeccionar manuais de rotinas e procedimentos;? conhecer os princípios da gestão financeira e orçamentária;? conhecer os princípios licitatórios;? criar indicadores de desempenho;? promover a participação em Comissões Especiais

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O pesquisador declara:

Riscos: Publicização de erros administrativos públicos, mas passíveis de ajustes de condutas.

Benefícios: Melhora dos processos de apoio em educação, pesquisa e extensão dos departamentos acadêmicos de Instituições Federais de Ensino Superior.Propostas de implementação de melhorias na prestação de serviços educacionais e assistenciais do Departamento de Oftalmologia da UNIFESP.Melhora dos relacionamentos nos ambientes interno, interinstitucional e externo dos Departamentos Acadêmicos da UNIFESP.Estímulo a graduados ao envolvimento na gestão universitária.Elevação do conhecimento administrativo público de docentes e técnicos administrativos

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de estudo vinculado ao Departamento/Disciplina Ciências Visuais/Oftalmologia , Campus São Paulo, sem obtenção de titulação acadêmica. MÉTODO: A partir do reconhecimento das disfunções estratégicas, competitivas e operacionais do Departamento de Oftalmologia da Universidade Federal de São Paulo:? posicionar-se no sistema de liderança da IFES;? determinar os ambientes internos, interinstitucionais e externos;? analisar criticamente os cenários internos e externos;? determinar os focos estratégicos e desdobrá-los;? reconhecer as necessidades e expectativas dos usuários da IFES;? reconhecer as necessidades e expectativas das diversas Pró-Reitorias;? ter comportamento socialmente responsável e ser agente multiplicador deste;? desenvolver os processos gerenciais dos recursos humanos;? construir o mapa de relacionamento dos setores da IFES;? construir os fluxos dos processos;? confeccionar manuais de rotinas e procedimentos;? conhecer os princípios da gestão financeira e orçamentária;? conhecer os princípios licitatórios;? criar indicadores de desempenho. Após declarar compromisso com a confidencialidade junto à

Chefia do Departamento de Oftalmologia da UNIFESP, servidores públicos federais que constituem a equipe de investigadores desta proposta terão acesso a informações disponíveis em bancos de dados para reconhecimento dos processos de apoio para as atividades de ensino, pesquisa e

Endereço: Rua Botucatu, 572 1º Andar Conj. 14

Bairro: VILA CLEMENTINO

CEP: 04.023-061

UF: SP

Município: SÃO PAULO

Telefone: (11)5539-7162

Fax: (11)5571-1062

E-mail: cepunifesp@unifesp.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO - UNIFESP/ HOSPITAL SÃO PAULO



Continuação do Parecer: 921.367

extensão. Tais processos serão analisados frente às exigências da administração pública de instituições federais de ensino superior, às determinações gerenciais dos diversos setores da UNIFESP e do conhecimento para gestão com excelência. Os itens propostos para investigação são: 1. Fluxos e níveis de conhecimento na Gestão de Contratos 2. Gerenciamento, Informação e Atendimento 3. Proposta de uma alternativa viável para a estratégia documental através da Gestão Eletrônica de Documentos 4. O orçamento público, as verbas governamentais e das agências de fomento, os investimentos e sua aplicação nas áreas de pesquisa e tecnologia 5. Opinião dos Alunos da Graduação, do Cursos de Tecnologia Oftálmica, da Residência e da Pós-Graduação sobre as dificuldades de locomoção no Campus da UNIFESP 6. Arquitetura Inclusiva: acessibilidade,

comunicação visual para a garantia de Direitos Humanos fundamentais 7. Os processos de apoio da Secretaria de Pós-Graduação. Aplicação e Avaliação do Modelo SERVIQUAL para auferir a Qualidade do Serviço. Identificação de Disfunções Estratégicas, Operacionais e Competitivas. 8. Gestão, Comunicação e Pessoas - Competência de Apoio à Gestão Pública 9. Narrativas de histórias de vida de profissionais submetidos às situações constrangedoras

(humilhação, angústias, sofrimento, exposição) no ambiente de trabalho e os efeitos devastadores na saúde física, emocional e profissional desses trabalhadores 10. Verificação dos ruídos comunicativos oriundos do agendamento e retorno dos pacientes 11. Manual de Procedimentos e Rotinas da Secretaria 12. Estudo sobre a experiência tátil em

pisos nas áreas hospitalares 13. O Descarte dos Equipamentos de Informática após a Finalização de Projetos de Pesquisas. Perspectivas da Legislação, da Reciclagem e da Sustentabilidade. Proposta de Procedimento Operacional Padrão. Manutenção preventiva 14. Implantação de documentos eletrônicos em Administração Pública 15. Elaboração

e implantação de Procedimentos Operacionais Padronizados 16. Reutilização do lixo hospitalar oftalmológico 17. Execução orçamentária e financeira _ investigação das informações necessárias para o acompanhamento gerencial da execução das despesas 18. Telemedicina e Telessaúde Ao final, informações colhidas e conhecimentos produzidos

serão reunidos para confecção de Manual de Rotinas e Procedimentos para Departamentos Acadêmicos de IFES

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Documentos obrigatórios apresentados (FOLHA DE ROSTO, PROJETO DE PESQUISA) Anexado o Termo de Autorização de Utilização de Arquivos e Termo de Confidencialidade, o método diz respeito apenas a utilização de bancos de dados administrativos do Departamento de Oftalmologia e Ciências Visuais da UNIFESP.

Endereço: Rua Botucatu, 572 1º Andar Conj. 14
 Bairro: VILA CLEMENTINO CEP: 04.023-061
 UF: SP Município: SÃO PAULO
 Telefone: (11)5539-7162 Fax: (11)5571-1062 E-mail: cepunifesp@unifesp.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SÃO PAULO - UNIFESP/
HOSPITAL SÃO PAULO



Continuação do Parecer: 921.367

Recomendações:

Nada consta

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Pesquisa documental. Apresenta autorização para acesso à documentação do estudo. Não há impedimento ético para condução da pesquisa

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

O CEP informa que a partir desta data de aprovação, é necessário o envio de relatórios semestrais (no caso de estudos pertencentes à área temática especial) e anuais (em todas as outras situações). É também obrigatória, a apresentação do relatório final, quando do término do estudo.

SAO PAULO, 18 de Dezembro de 2014

Assinado por:

Leonor do Espírito Santo de Almeida Pinto
(Coordenador)

Endereço: Rua Botucatu, 572 1º Andar Conj. 14
Bairro: VILA CLEMENTINO CEP: 04.023-061
UF: SP Município: SAO PAULO
Telefone: (11)5539-7162 Fax: (11)5571-1062 E-mail: cepunifesp@unifesp.br

Anexo 2

DICAS PARA GERENCIAR O PROJETO DE CONVÊNIO



DICAS PARA GERENCIAR O PROJETO DE CONVÊNIO

AUTORIA

BEATRIZ CANDIDA BARBOSA

ILUSTRAÇÃO

STHAR MAR DE VASCONCELOS

ORIENTADOR

PROF. DR. MARINHO JORGE SCARPI

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO DE OFTALMOLOGIA E CIÊNCIAS
VISUAIS DA ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SÃO PAULO

Este Guia de Identificação e Orientação em forma de cartilha é dedicado a todos os pesquisadores dos diversos Campi da Unifesp e aos pesquisadores de outras Instituições Federais.

APRESENTAÇÃO

O Guia de Identificação e Orientação sobre Gerenciamento de Projetos de pesquisa é resultado do trabalho de pesquisa sobre **FLUXOS E NÍVEIS DE CONHECIMENTO NA GESTÃO DOS CONVÊNIOS DO DEPARTAMENTO DE OFTALMOLOGIA E CIÊNCIAS VISUAIS DA UNIFESP**, como Dissertação do Programa Mestrado Profissional em Oftalmologia e Ciências Visuais da Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo.

Este guia na forma de Cartilha Orientativa tem como objetivo informar aos pesquisadores dos diversos Campi da UNIFESP, a estrutura administrativa dessa Instituição.

Aqui são oferecidas dicas e endereços eletrônicos dos Departamentos da Universidade, bem como dos setores institucionais para os pesquisadores entrarem em contato no caso de dúvidas.

SIGLAS DA CARTILHA

CAPES - Coordenadoria de aperfeiçoamento de Aperfeiçoamento de Pessoal de Pessoal de Nível Superior.

CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

DIVISÃO DE PATRIMÔNIO - Setor responsável pelo controle e registro patrimonial.

DIVISÃO ORÇAMENTARIA - Setor responsável por receber os recursos públicos federais.

EAP - Escritório de Apoio a Pesquisa.

FAPESP - Fundação de Amparo Pesquisa do estado de São Paulo

FAPUNIFESP - Fundação de Apoio a Unifesp.

LICITAÇÃO - É o conjunto de procedimentos administrativos (administrativos porque parte da administração pública) para as compras ou serviços contratados pelos governos Federal, Estadual ou Municipal, ou seja, todos os entes federativos

MINUTA DE CONVÊNIO - São Clausulas descritas no plano de trabalho com especificação precisa de cada convênio.

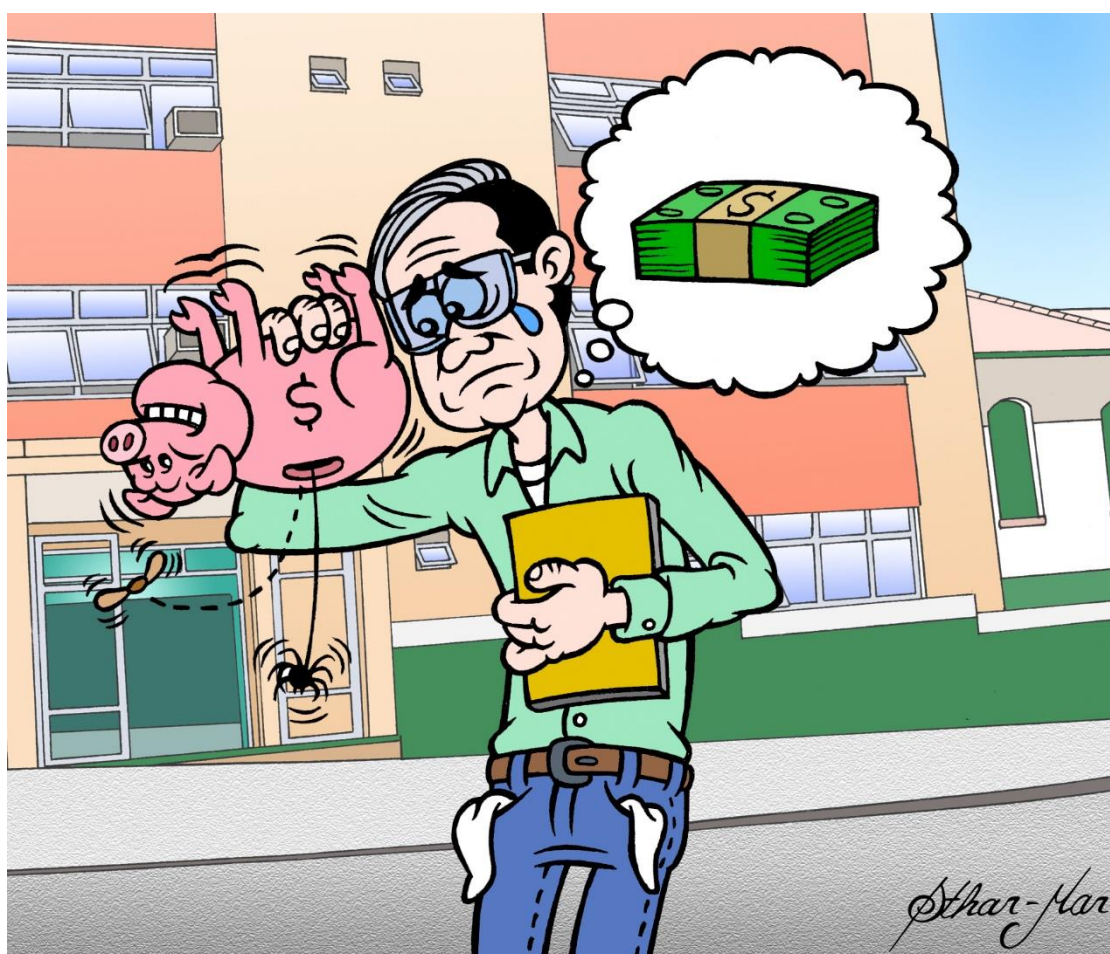
NIT - Núcleo de Inovação Tecnológica.

ORDENADORA DE DESPESA - É toda e qualquer autoridade de cujos atos resultarem emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimimento ou dispêndio. Também pode ser caracterizado como a autoridade com atribuições definidas em ato próprio, entre as quais as de movimentar créditos orçamentários, empenhar despesa e efetuar pagamentos.

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina

INTRODUÇÃO

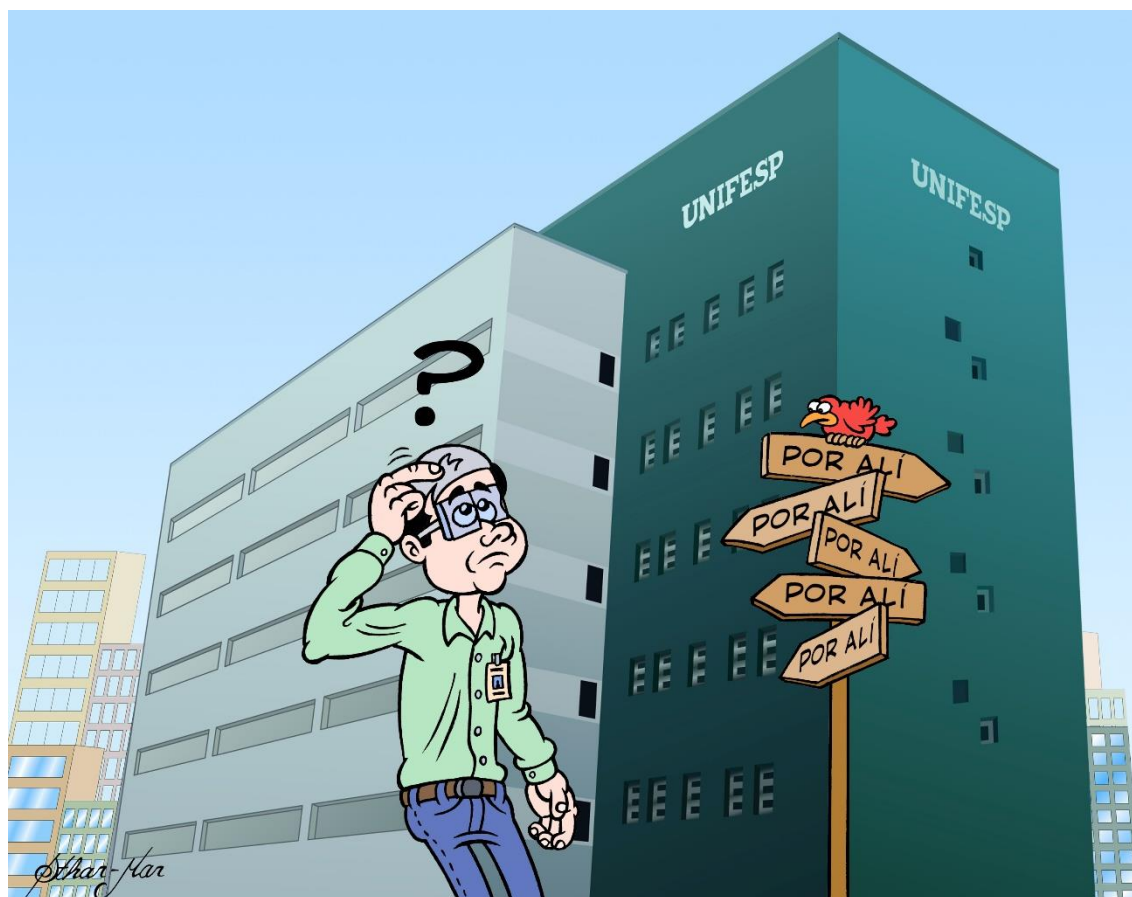
O pesquisador da UNIFESP necessita de recursos para realizar pesquisa. Ele sabe confeccionar plano de trabalho (projeto), solicitar orçamentos, entende as diferentes legislações dos órgãos de fomento (agências financiadoras de pesquisa científica e tecnológica do país) quer seja federal, estadual, municipal ou privado, porém sente dificuldades em entender a estrutura funcional da UNIFESP.



Por este motivo ele necessita conhecer os diversos procedimentos existentes nesta estrutura funcional para ter ao final da execução do projeto, as contas aprovadas pelos órgãos de controle interno e externo da UNIFESP.

Pensando neste pesquisador, apresentamos um Guia de Identificação e Orientação com dicas sobre passos importantes que o pesquisador não poderá deixar de

executar, bem como endereços eletrônicos dos Departamentos Administrativos e Setores da UNIFESP, por onde tramitará o Plano de Trabalho referente ao projeto de pesquisa.



Desenho do Prédio da Reitoria da Universidade Federal de São Paulo
Rua Sena Madureira, n.º 1.500 - Vila Clementino - São Paulo - SP - CEP: 04021-001

PRIMEIRO PASSO

APRESENTAÇÃO DO PROJETO AO DEPARTAMENTO AO QUAL O PESQUISADOR É VINCULADO

Assim que concebido a ideia do projeto, o mesmo deverá ser apresentado ao Departamento e submetido à aprovação da Congregação do seu respectivo Campi.



SEGUNDO PASSO

APRESENTAÇÃO DO PROJETO AOS ORGÃOS DE FOMENTOS PARA OBTENÇÃO DO FINANCIAMENTO

O Pesquisador deverá apresentar o projeto aos órgãos de fomento para obter o financiamento (captação de recursos). As principais agências de fomento Federais são: CAPES, FINEP e CNPQ. A FAPESP se destaca como agência pública de fomento Estadual do Estado de São Paulo e sinalizamos para as agências financiadoras privadas, como a FAPUNIFESP, INSTITUTO DA VISÃO, SPDM, e agências INTERNACIONAIS. Para conhecer melhor estes órgãos de fomentos visite o site da pró-reitora de pós-graduação no endereço:

<http://www.unifesp.br/reitoria/propgpq/>





Se for financiamento com a FAPESP, o pesquisador deverá procurar os Pontos de Apoio da Fapesp junto às Universidades no Escritório de Apoio a Pesquisa- EAP.

Os pontos de apoio têm como função básica facilitar o envio de documentos à Fapesp, além de orientar Bolsistas e Pesquisadores nos procedimentos envolvendo a Fundação. O ponto de apoio FAPESP da UNIFESP situa-se à Rua Pedro de Toledo 650, 2º andar, São Paulo. O endereço virtual é o seguinte <http://www.unifesp.br/reitoria/eap/>

TERCEIRO PASSO

PROJETOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS GERENCIADOS PELA FAPUNIFESP

O pesquisador da UNIFESP, deverá procurar a FapUnifesp para obter informações sobre o gerenciamento dos projetos Internacionais e nacionais que são realizados pela Unifesp financiados por entidades públicas ou particulares que têm interesse em desenvolver parcerias de pesquisa acadêmica com integrantes da Universidade.





Ao administrar os recursos provenientes desses Projetos, a Fundação possibilita a compra de equipamentos e materiais, além da contratação de prestadores de serviços e de profissionais capacitados para a formação de equipes de trabalho – e consequente desenvolvimento das atividades necessárias. A FapUnifesp garante a execução do orçamento previsto, bem como sua respectiva prestação de conta. Entre outras, são instituições parceiras do financiamento dos projetos Fundações internacionais e instâncias públicas brasileiras federais estaduais. O endereço virtual da FapUnifesp é o seguinte: <http://www.fapunifesp.edu.br/>

QUARTO PASSO

APRESENTAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO AO SETOR DE CONVÊNIO DOS SEUS RESPECTIVOS CAMPI

De posse de todas as informações necessárias para a elaboração do projeto, deverá o pesquisador se dirigir ao setor de Convênio de seu respectivo Campus. Este setor será responsável por orientar o pesquisador na elaboração da minuta de convênio e plano de trabalho com o órgão de fomento, orientar o preenchimento de formulário, elaborar parecer jurídico a procuradoria, orientar sobre necessidade de indicação do fiscal de convênio. O endereço virtual da Coordenadoria de Convênio na Reitoria é o seguinte: <https://www.unifesp.br/reitoria/coordconv/>



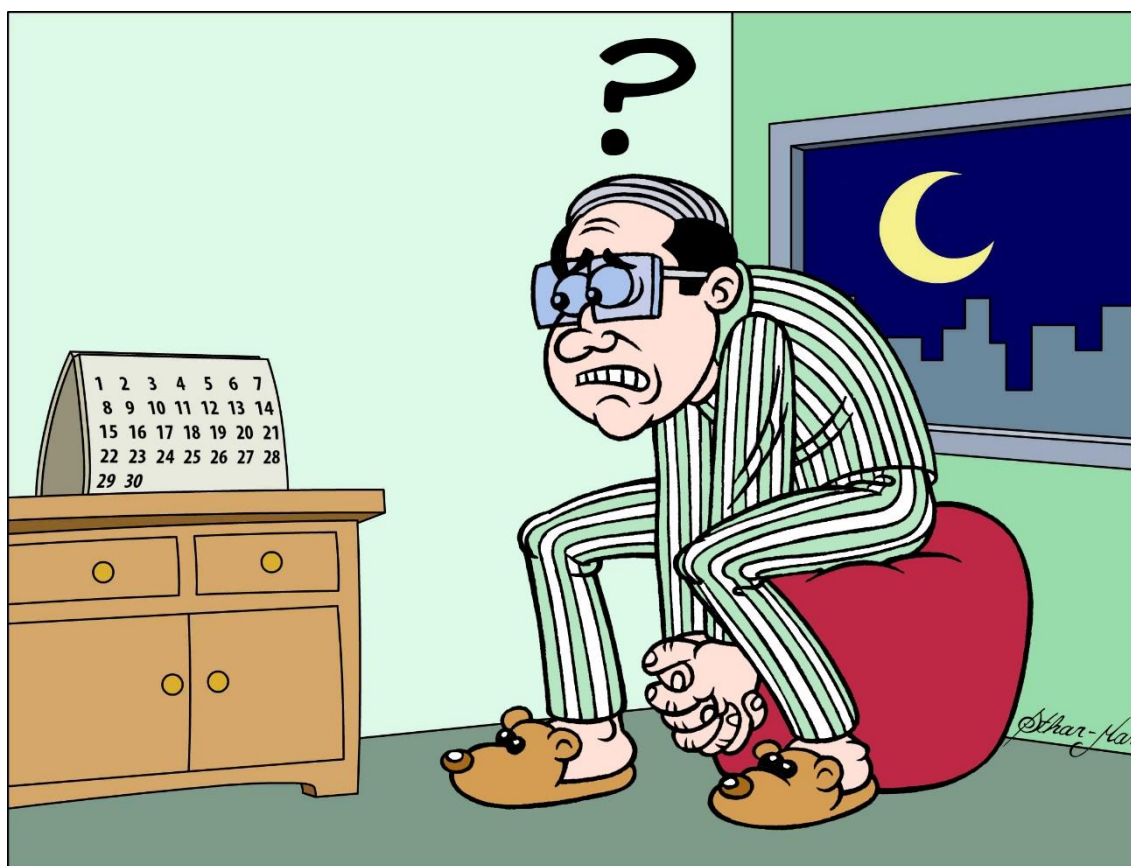


Se o projeto envolver direitos autorais, deverá o setor de Convênio orientar o pesquisador a buscar informações no Núcleo de Inovação tecnológica - Nit. O endereço virtual do Nit é o seguinte <https://www.unifesp.br/reitoria/nit/>

QUINTO PASSO

A ESPERA DA APROVAÇÃO DO PROJETO PELO ORGÃO DE FOMENTO

Após envio do plano de trabalho ao órgão que aceitou financiar o projeto, só resta ao pesquisador, aguardar a aprovação do convênio pelo órgão de fomento.



SEXTO PASSO

O RECURSO É DESCENTRALIZADO PARA A CONTA DO PESQUISADOR OU DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO DO RESPECTIVO CAMPI

No Convênio Fapesp, o próprio pesquisador recebe a informação da aprovação do convênio, bem como da descentralização dos recursos para uma conta que é aberta em seu próprio nome. Ele mesmo é o ordenador de despesas. O endereço Virtual da Fapesp é o seguinte <http://www.fapesp.br/>





Nos demais Convênios, o pesquisador deverá receber orientação da Divisão orçamentária de seu respectivo Campi. Esta Divisão ficará incumbida de informar ao pesquisador quando o recurso for descentralizado para conta tesouro da UNIFESP. O endereço virtual do Departamento de Orçamento da UNIFESP Reitoria é o seguinte <http://www.unifesp.br/reitoria/dgo>

São ordenadores de despesas na UNIFESP:

- O Reitor;
- O Chefe de Gabinete e,
- Os Pró-Reitores com sua respectiva competência;
- Os Diretores Acadêmicos de cada Campi.

SÉTIMO PASSO

APRESENTAÇÃO DO PROJETO À DIVISÃO DE COMPRAS DO RESPECTIVO CAMPI PARA ELABORAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO

O pesquisador deverá se dirigir à Divisão de Compras do seu respectivo Campi, para obter informações minuciosas sobre o edital de licitação envolvendo compras de equipamento, material e manutenção de equipamento. O endereço virtual do Departamento de compras da Reitoria é o seguinte:
<https://www.unifesp.br/reitoria/dic/>





O pesquisador deverá solicitar ao pregoeiro de cada Campi, orientação sobre taxas bancárias, taxas alfandegárias, prazos de garantias contratuais, seguros e manutenção de equipamentos. Todas essas informações são importantes e deverá constar do edital de licitação para que ao final da licitação, seja elaborado um contrato sem erros.

OITAVO PASSO

ELABORAÇÃO DO CONTRATO DO OBJETO LICITADO PELA DIVISÃO DE CONTRATO DO RESPECTIVO CAMPI

Feita a licitação, o processo é encaminhado para Divisão de Contrato do seu respectivo Campus para elaboração do contrato e indicação do fiscal de contrato.



ATENÇÃO: Havendo compra de equipamento entrar em contato com a Divisão de Patrimônio e Almojarifado do seu respectivo Campus para receber orientação. Endereço Virtual do departamento de Gestão Contábil da Reitoria é <http://www.unifesp.br/reitoria/dgcon>



NONO PASSO

NOTA FISCAL

Recebida a nota fiscal, o pesquisador deverá atestar que o equipamento/material foi recebido e deverá enviar a nota à fiscal à Divisão de Gestão Financeira de seu respectivo Campus, para posterior pagamento. Para receber orientações a esse respeito, deverá o pesquisador procurar a Divisão Financeira do seu respectivo Campus. O endereço virtual do departamento financeiro da reitoria é <http://www.unifesp.br/reitoria/dgf>

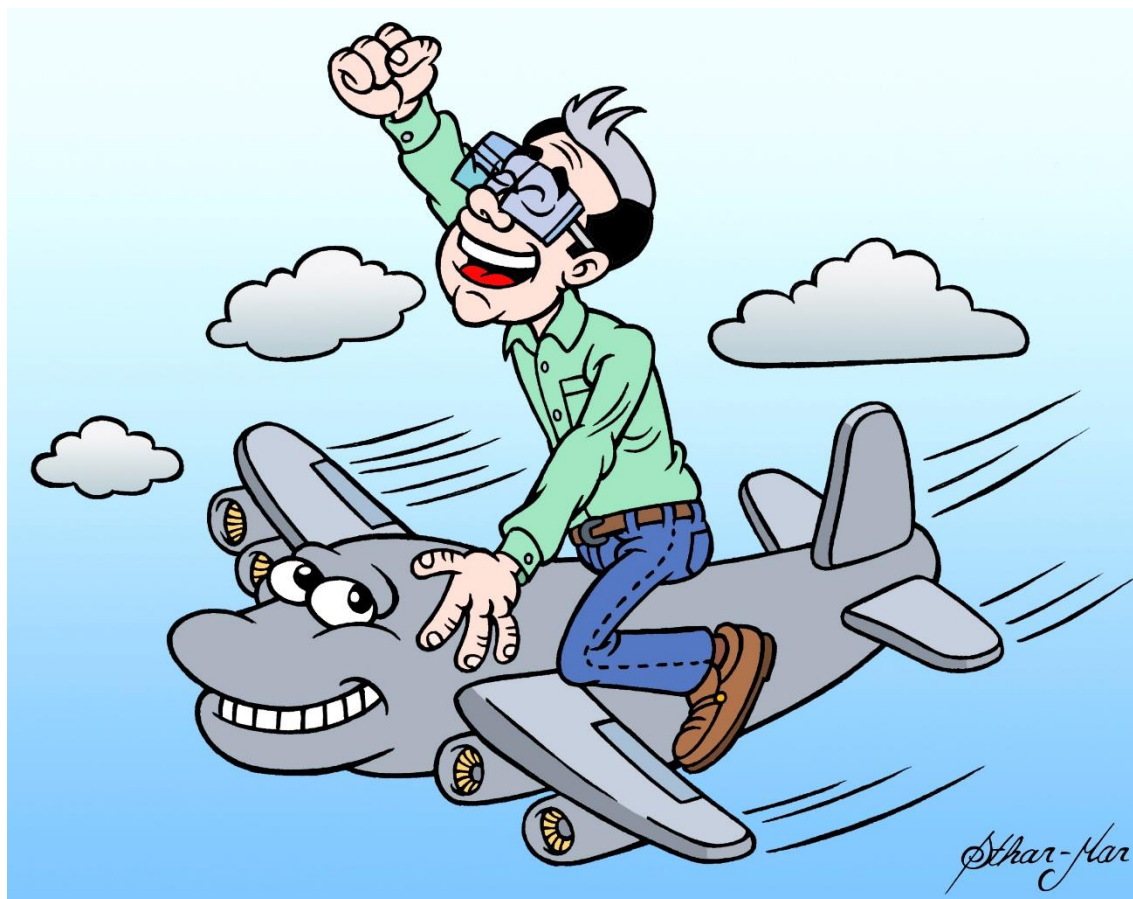


Notas fiscais referentes a verba FAPESP, o próprio pesquisador é o ordenador de despesas e é ele quem solicita o pagamento da nota fiscal.

DÉCIMO PASSO

CONCESSÕES DE DIÁRIAS E PASSAGENS

Referente às concessões de diárias e passagens, o pesquisador deverá verificar se no plano de trabalho referente ao seu convênio foi feita reserva para diárias e passagens, caso contrário, deverá solicitar orientações do setor de diárias e passagens de seu respectivo Campus.



O endereço virtual da coordenação de diárias e passagens da reitoria é o seguinte:
<http://www.unifesp.br/reitoria/proadmin/departamentos/2016-05-19-13-20-04>

DÉCIMO PRIMEIRO PASSO

PRESTAÇÃO DE CONTA REFERENTE O CONVÊNIO FIRMADO COM O PESQUISADOR E O ORGÃO DE FOMENTO

O pesquisador deverá encaminhar as peças que compõem o processo de prestação de contas à Divisão de Convênios dos seus respectivos Campus e solicitar o exame da prestação de contas dos recursos executados pela Universidade, antes de encaminhar ao órgão concedente, o qual cabe decidir pela sua regularidade, conforme os dispositivos legais. O Departamento de Análise e Prestação de Contas de Contratos de Convênios está instalado no 3º Andar do Prédio da Reitoria.



O atendimento é realizado de segunda a sexta-feira em horário comercial ou contato por e-mail contas@unifesp.br

Referente convênio firmado com a Fapesp, o pesquisador em caso de dúvida deverá procurar o ponto de apoio FAPESP da UNIFESP que está situado na Rua Pedro de Toledo 650, 2º andar, São Paulo. O endereço virtual é o seguinte:
<http://www.unifesp.br/reitoria/eap/>

DÉCIMO SEGUNDO PASSO

AS CONTAS SÃO APROVADAS

Ao final da prestação de contas toda equipe festeja a aprovação das contas referente aquele órgão financiador, pois para a realização das atividades relacionadas a análise de prestação de conta, o Departamento interage com outros Campi, setores administrativos da estrutura UNIFESP.



AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, pois, “por ele e para ele” são todas as coisas.

Em segundo lugar ao Prof. Dr. Marinho Jorge Scarpi, meu Ex- Pro- Reitor de Administração e meu orientador por ter aberto as portas para os técnicos administrativos no programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional do Departamento de Oftalmologia e Ciências Visuais da EPM da Universidade Federal de São Paulo- UNIFESP, na pessoa do Prof. Dr. Paulo Schor por ter nos recebido no programa de Pós-Graduação e confiado nos nossos projetos, muito obrigada!

Ao Colega, doutorando Frederico Molina Cohrs, obrigada por ter me ouvido naquela manhã no Finesse. Juntos, fizemos a alegria de alguns técnicos administrativos do Campus São Paulo. Eles não sabem, mas nós sabemos como foi essa conquista, obrigada de coração, que Deus te abençoe muito.

À Profa. Liliane Desgualdo Pereira, se todos fossem iguais a você que alegria viver.

Ao colega Marcello Di Pietro, agradeço imensamente por ter separado horas do seu tempo para desenvolver a planilha utilizada no meu trabalho de pesquisa. Você foi muito atencioso, aliás, você é sempre muito atencioso e prestativo.

À Andreia do Carmo, confesso todo meu desconhecimento com a diagramação. Obrigada pela dedicação, você é muito caprichosa, o trabalho tomou um novo formato, ficou lindo.

A Cristina Seidel, obrigada por estar por perto sempre que preciso de apoio, muito bom ter amigos.

Gente não posso deixar de mencionar meus colegas do mestrado, obrigada, foi muito bom compartilhar momentos agradáveis com vocês.

E finalizando, não poderia deixar de mencionar o trabalho lindo do Produtor Cultural Sthar Mar de Vasconcelos servidor da UNIFESP, os seus personagens vão viajar bastante acredite. Muito obrigada e parabéns.

Bibliografia consultada

NBR, ABNT. 6023: Informação e documentação. Referências e Elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

Normas para teses e dissertações [Internet]. 2a ed. rev. e corrigida. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, Biblioteca Antônio Rubino de Azevedo, Coordenação de Cursos; 2015 [citado 2016 jun 26]. Disponível em: <http://www.bibliotecacsp.unifesp.br/Documentos-Apostila/normas-para-teses-e-dissertacoes>

Rother ET, Braga MER. Como elaborar sua tese: estrutura e referências. 2a ed. rev. atual. São Paulo; 2005.